



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 33 - Nº 641 - DE 27 DE JUNHO A 11 DE JULHO DE 2021 - R\$ 4,00

## **GOVERNO APODRECIDO DE BOLSONARO CONTINUA COM AS CONTRARREFORMAS E OS ATAQUES À VIDA DOS EXPLORADOS**

**A burguesia, o Congresso Nacional  
e os Partidos da ordem capitalista devem ser  
responsabilizados pela decomposição política  
e moral do governo ultradireitista**

**Cabe à classe operária se levantar em defesa  
de seu programa próprio de reivindicações**

**Que as centrais e sindicatos  
convoquem imediatamente  
um Dia Nacional de Luta,  
com paralisações e bloqueios!**

**86 anos da fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia**

*Que a vanguarda com consciência de classe se dedique a assimilar  
as experiências internacionais do proletariado e as conquistas programáticas  
do marxismo-leninismo-trotskismo!*

# **Putrefação do governo Bolsonaro**

## **QUAL É A TAREFA DO MOMENTO?**

A confluência de fatores sanitário, econômico, político e moral potencia a instabilidade do governo. A crise política se vem arrastando por quase todo o mandato de Bolsonaro. Inúmeros foram os desastres ministeriais. Cresceram os obstáculos no caminho de sua política econômica e diretrizes ideológicas ultradireitistas. O conflito que se abriu na camarilha militar expôs uma rachadura no principal pilar de sustentação de Bolsonaro. Já no início de seu mandato, se avolumou a denúncia do esquema da “rachadinha” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, envolvendo o clã familiar e assessores – a proximidade com as milícias deixou uma das mais sérias suspeitas de gangsterismo.

Não tendo como impor uma ditadura bonapartista – esse era seu objetivo, para o qual contava com a burocracia do Alto Comando das Forças Armadas –, o presidente se viu obrigado a se jogar nos braços dos partidos que formam o “Centrão” e controlam o Congresso Nacional. Bolsonaro contou com seu alinhamento canino ao presidente Trump dos Estados Unidos, para implantar um regime militarista e fascizante, capaz de se sobrepor ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, que se agigantou como um organismo de aberta intervenção política. A derrocada de Trump se encarregou de tirar o chão dos pés de Bolsonaro e sua horda de reacionários. Por mais que tentasse criar as condições para um golpe bonapartista, faltaram-lhe as condições econômicas e sociais.

A cada manifestação pública dos bolsonaristas, apoiados na classe média rica, nos latifundiários, e em setores da burguesia comercial e de serviços, principalmente, evidenciava que, sem a possibilidade de um golpe, não havia como a ultradireita se estabilizar no poder. As tentativas de Bolsonaro e sua camarilha de promoverem um amplo movimento social, que lhes desse sustentação política entre a população, não prosperaram. A Pandemia se encarregou de minar ainda mais o chão movediço, sobre o qual se ergueu a ultradireita, que se fortaleceu politicamente em meio ao golpe de Estado, promovido pelo impeachment que destituiu Dilma Rousseff, golpeou o PT, e levou Lula à prisão.

Esse quadro favorável à volta dos generais, como definidores diretos das diretrizes governamentais e ocupantes dos postos-chaves de comando político-administrativo do Estado, se encontra seriamente alterado. O processo contra o general da ativa Eduardo Pazuello, por crime de responsabilidade, e por servir a Bolsonaro em manifestação pública, é um dos sintomas mais evidentes, depois da troca do ministro da Defesa e de todo o Alto Comando das Forças Armadas. Os militares deixaram claro que nenhum outro poder vai interferir em sua seara. A sua função é a de preservar a ditadura de classe da burguesia, de maneira que essa mais nobre missão está acima de qualquer conflito interburguês. Os governantes e políticos do Congresso Nacional sabem que é assim que se estruturam as relações no interior da máquina estatal, e, quanto

mais débil for a burguesia, maior peso terão os militares na política. Os vinte e um anos de regime militar são a taxativa comprovação. A democratização se realizou com a anuência dos generais, e fracassaram no objetivo de mantê-los afastados do comando da política.

A instabilidade dos governos eleitos se deve à impossibilidade de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, amenizar a miséria de milhões de brasileiros, e amortecer a polarização entre a minoria burguesa e a maioria trabalhadora. Essa contradição estrutural se manifesta fortemente nas entranhas do poder econômico da burguesia, da democracia oligárquica e das forças partidárias.

A queda de mais de 4% no crescimento econômico em 2020, impactado pela Pandemia, atingiu duramente o governo de Bolsonaro. A estimativa de crescimento no presente ano indica que apenas será reposto o que se perdeu. O alto desemprego e subemprego continuará a esmagar a vida dos explorados. A miséria e a fome se chocam com as diretrizes e medidas econômico-financeiras, que favorecem a concentração de riqueza em poder da ultraminoria capitalista, e protegem os interesses do imperialismo.

Bolsonaro não tem como se safar da responsabilidade sobre a mortandade causada pela Pandemia e do aumento da crise social. As denúncias e investigações sobre a existência de um gabinete paralelo no Palácio do Planalto, a descoberta de um esquema de orçamento secreto para servir aos parlamentares governistas (“tratoração”), a renúncia do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, acusado de tráfico com madeiras, o escândalo da compra da vacina indiana Covaxin, e a demonstração na CPI da Pandemia do quanto o governo bloqueou as ações de combate ao avanço da contaminação e mortes, de conjunto, resultam na decomposição política e moral do governo. Motivos para um impeachment não faltam, mas Bolsonaro continua com a maioria parlamentar, apoio das Forças Armadas, de setores da burguesia e camadas da classe média. Essa via burguesa não está presentemente colocada. De maneira que a bandeira do “Fora Bolsonaro” continua servindo às eleições de 2022.

Depois de um ano e três meses de passividade das direções sindicais e políticas, as massas voltaram às ruas, em todo o país. Tudo indica que crescerá ainda mais. A tarefa é a de desbloquear os sindicatos e organizar a classe operária, para que tome a frente das manifestações. A defesa concentrada e intransigente do programa de reivindicações próprio dos explorados é decisiva para mudar o caráter burguês da orientação impressa pelas direções às mobilizações. A vanguarda com consciência de classe tem de despendar todo o esforço no combate pela independência de classe do movimento operário e popular. Esse combate está sendo travado a partir das necessidades básicas dos explorados, que são os empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos.

## Combater a propaganda enganosa de Bolsonaro/Guedes Erguer a reivindicação de emprego com carteira assinada a todos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta, de todas as maneiras, demonstrar que o Brasil vem recuperando-se mais depressa do que muitos imaginavam, o que denominou de arremetida em “V”. Usa os dados de crescimento de setores que não foram atingidos pela Pandemia, e que tiveram pouco impacto com a crise econômica, a exemplo da agropecuária, siderurgia e setores químico-farmacêuticos, para comprovar o êxito de sua política. Reafirma que, com a normalização das atividades econômicas e fim das medidas restritivas criadas pelos governadores, os setores mais penalizados, como os de serviços, começaram a dar sinais positivos. Conclui, anunciando o aumento de contratações no último trimestre. Bolsonaro, por sua vez, repete como papagaio as proezas de Guedes, e responsabiliza o atraso na recuperação às decisões dos governadores que insistem no lockdown, citando o prefeito petista de Araraquara.

Por trás da propaganda enganosa, o governo pretende acelerar o plano de “ajuste” exigido pelo capital financeiro, com a aprovação de medidas no Congresso Nacional. Foi o que fez, com a privatização da Eletrobrás e com o auxílio emergencial de em média R\$ 250,00. É o que procura fazer com a reforma administrativa, que elimina as antigas conquistas da maioria, e beneficia a minoria do funcionalismo público. É o que almeja, com o fim do abono salarial, direito que era concedido uma vez ao ano aos trabalhadores com carteira assinada, que varia, de um salário mínimo (R\$ 1.100), até dois salários (R\$ 2.200), dinheiro que era retirado do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), portanto do próprio assalariado. É ao que visa, com a privatização dos Correios, e o que resta da Petrobrás.

### O que ocorre, de fato?

- 1) Nos primeiros três meses de 2021, o número de desempregados cresceu 880 mil, em comparação a dezembro do ano passado, atingindo 14,8 milhões. No segundo trimestre, as novas vagas são irrisórias diante das demissões. Prevalece o trabalho informal, abarcando quase 34 milhões de pessoas. Estima-se que esse número dificilmente será menor que em dezembro, que atingiu 34,03 milhões. Isso, porque o setor de serviços (que mais emprega) foi duramente golpeado pela crise sanitária e econômica. O ramo da agroindústria, embora tenha crescido, pouco emprega.
- 2) A chamada “recuperação” da economia não se vem dando com o aumento da capacidade produtiva. Ou seja, abertura de empresas, maiores investimentos, ampliação do parque industrial, etc. Ao contrário, prevalece o fechamento de fábricas, transferências de empresas para estados com maiores subsídios, eliminação de plantas e concentração da produção, etc. A “recuperação” é oriunda da recomposição de estoques, para suprir o consumo. Foi o caso dos

eletrodomésticos, roupas, etc. A recomposição de estoque não implica abertura de novos empregos, e muito menos o aumento da capacidade industrial instalada.

- 3) A criação de empregos formais depende da expansão das indústrias. O que implica aumento de investimentos. A crise econômica, que é mundial, agravada com a Pandemia, não dá sinais de uma recuperação geral, atendo-se principalmente às potências. O Brasil, há muito, vem sofrendo um processo de desindustrialização, acentuado com a recessão dos anos de 2015-2016, e potenciado com o fechamento de milhares de fábricas. Somente em 2020, foram fechadas quase 20 mil empresas (19.907.733). Com o fechamento da Ford, estima-se que foram destruídos 119 mil postos de trabalho, considerando os fornecedores e concessionárias.

*Por trás da propaganda enganosa, o governo pretende acelerar o plano de “ajuste” exigido pelo capital financeiro, com a aprovação de medidas no Congresso Nacional. Foi o que fez, com a privatização da Eletrobrás e com o auxílio emergencial de em média R\$ 250,00. É o que procura fazer com a reforma administrativa, que elimina as antigas conquistas da maioria, e beneficia a minoria do funcionalismo público.*

### Pôr em pé a luta pelo emprego a todos

Em um país com cerca de 14 milhões de desempregados e 34 milhões de subempregados, a principal tarefa das direções sindicais e partidos, que se reivindicam da classe operária, é a luta por empregos. O que significa:

- 1) Organizar os operários e os demais trabalhadores para impor, à burguesia e governantes, a exigência do emprego a todos, convocando as assembleias presenciais, e constituindo os comitês de luta. Trata-se do combate à reforma trabalhista, terceirização, “carteira Verde Amarela”, e às Medidas Provisórias de suspensão de contratos e redução salarial;
- 2) Trabalhar por unir os empregados e desempregados, homens e mulheres, negros e brancos, por meio da convocação de plenárias e formação dos comitês de base;
- 3) Reunir a juventude oprimida, que está submetida à violenta exploração na informalidade, ou que está fora do trabalho e das escolas. Trata-se de um enorme contingente de jovens, que vem sendo mutilado em suas capacidades físico-mentais pelo capitalismo em decomposição. Portanto, dar expressão organizativa a essa massa, que vem ganhando as ruas nas manifestações de 29 de maio e 19 de junho;

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)



- 4) Aprovar um plano emergencial próprio dos explorados, nas assembleias, comitês, plenárias, etc. Um plano que atende aos interesses gerais do proletariado e dos demais oprimidos. Nesse momento, a reivindicação central é a luta pelos empregos e salários. Porque essa é a única forma de combater a fome e a miséria. A defesa dos empregos implica travar o combate à reforma trabalhista, à terceirização, às Medidas Provisórias de suspensão de contratos e redução salarial, e ao fechamento de fábricas. E defender reivindicações como: a) redução da jornada, sem redução do salário; b) divisão das horas nacionais de trabalho entre todos aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho); c) estabilidade no emprego; d) abertura de frentes de trabalho nos serviços públicos; e) estatização das fábricas fechadas, sob o controle operário; f) recuperação das perdas salariais; g) salário mínimo vital, calculados pelas assembleias operárias.

### Romper a passividade e combater a política de colaboração de classes

A classe operária e os demais trabalhadores estão à beira do precipício, por responsabilidade das direções sindicais e políticas. São anos a fio de estatização dos sindicatos e de conciliação de classes. A burguesia e governantes estão com as mãos livres para impor as contrarreformas, o fechamento de fábricas, a redução salarial e a suspensão de contratos. Há quase um consenso entre as burocracias sindicais, de que o desemprego e subemprego são consequências de uma política de governo, e que a saída é a escolha “certa” dos governantes e de representantes no Congresso Nacional. Que, portanto, a luta de classes, o choque entre o capital e trabalho, é coisa do passado. E que a “modernização das relações de trabalho” trouxe novas formas de “luta”. Dessa política, surgem os métodos do “diálogo” – em oposição à luta de classes –, da “pressão parlamentar”, das “emendas” às contrarreformas, dos acordos de redução salarial e demissões com a patronal e a busca de decisões na Justiça do Trabalho.

Com a Pandemia, as direções sindicais se submeteram à política burguesa do isolamento social, fecharam os sindicatos, e passaram a fazer as assembleias, até mesmo as eleições dos sindicatos, por meios virtuais. Só recentemente, retomaram as assembleias presenciais, não para organizar a luta coletiva, mas para dar seguimento aos acordos de demissão, a exemplo

da Ford e LG. Com a passividade das direções e o bloqueio das lutas, o descontentamento dos explorados está contido. A classe operária ainda permanece à margem das manifestações, que começaram a ganhar as ruas. Sem a presença do operariado organizado nas mobilizações, não há como modificar o seu curso, que é eleitoral. Embora tenham sido massivas e nacionais, as manifestações estão expressando os métodos da pequena burguesia. Daí o predomínio das bandeiras do “Fora Bolsonaro” e “impeachment”.

As reivindicações vitais do proletariado – empregos, salários, direitos trabalhistas e aceleração da vacinação – compareceram por meio da política do POR. No entanto, ainda insuficientes, diante da ampla frente eleitoral, que vai do reformismo ao centrismo. O fundamental é compreender que, sem a presença física e organizada da classe operária, não se mudará qualitativamente a quebra da passividade, e não se golpeará a política de colaboração de classes.

*As reivindicações vitais do proletariado – empregos, salários, direitos trabalhistas e aceleração da vacinação – compareceram por meio da política do POR. No entanto, ainda insuficientes, diante da ampla frente eleitoral, que vai do reformismo ao centrismo. O fundamental é compreender que, sem a presença física e organizada da classe operária, não se mudará qualitativamente a quebra da passividade, e não se golpeará a política de colaboração de classes.*

### Nossa principal tarefa

O POR vem atuando, junto à classe operária, com o Boletim Nossa Classe e materiais de propaganda (cartazes, jornal). Tem procurado responder às consequências violentas das crises sanitária e econômica, que recaem sobre os explorados, defendendo a convocação de assembleias presenciais e a aprovação de um programa emergencial próprio dos oprimidos. Interveio em favor da ocupação da Ford e LG, no momento do fechamento das fábricas. Denunciou os acordos malditos, realizados pela burocracia sindical (layoff, banco de horas, férias coletivas, redução de jornada com redução salarial, etc.). Vem combatendo o corporativismo das direções, que divi-

de o movimento e enfraquece a luta unitária contra o patronato. E faz uma campanha sistemática contra o desemprego e subemprego, nas fábricas e nos bairros pobres. Por meio da agitação e propaganda, o POR trabalha para penetrar as ideias classistas, revolucionárias, no seio da classe operária.

Trata-se de um trabalho paciente, mas fundamental para constituir uma fração consciente do proletariado. Se as condições objetivas (desemprego, fome e miséria) estão maduras para que ocorra um levante do proletariado, a tarefa urgente é potencializar as condições subjetivas, que se darão, forjando uma vanguarda mais consciente. Vanguarda essa que desbancará a burocracia sindical e os métodos estranhos à luta de classes.

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

Publicamos as Cartas e o Manifesto dirigidos à realização do Dia de Mobilização, de 19 de junho

*Sétima Carta do Partido Operário Revolucionário (POR)*

**Aos trabalhadores e à juventude oprimida**

# Qual deve ser o objetivo da Mobilização Nacional de 19 de junho?

## Qual é a principal tarefa do momento?

17 de junho de 2021

O Partido Operário Revolucionário (POR) se posicionou claramente, desde o início da Pandemia, sobre a necessidade de os sindicatos e movimentos terem uma resposta própria, portanto, independente da burguesia e seus governantes. Condenou o cancelamento do Dia Nacional de Luta, que se realizaria em 18 de março de 2020. Defendeu a manutenção e a sua transformação em assembleias, para definir o que deveria ser feito pelo movimento operário e popular, diante do anúncio mundial de que o Covid-19 se espalhava rapidamente.

Ninguém poderia prever que a Pandemia perdurasse tanto tempo, chegando a 4 milhões de mortos no mundo, e 500 mil no Brasil. Mas, se sabia que os mais atingidos seriam os pobres e miseráveis, que constituem a maioria oprimida. Logo ficou claro que a saúde pública não daria conta, e que apenas os ricos poderiam contar com o sistema privado altamente sofisticado. Conforme os dias passavam, o flagelo que recaía sobre as massas indicava a incapacidade da burguesia e seus governantes protegerem os explorados, favelados e famintos. A “guerra” entre Bolsonaro e Doria em torno ao isolamento social transpareceu, de imediato, essa incapacidade.

O POR demonstrou que não se tratava apenas da divergência ideológica sobre o “negacionismo” e “afirmacionismo” da ciência, mas fundamentalmente dos limites ditados pela economia e pelo poder econômico dos capitalistas. Denunciou a farsa da bandeira do “Fique em Casa”. Não importava o quanto a Pandemia se alastrava, a classe operária e os demais trabalhadores estavam obrigados a sair de suas casas, logo no amanhecer do dia. Nem mesmo em cidades com o transporte público mais

bem organizado, como São Paulo, foi garantido o mínimo de segurança. De maneira que a bandeira do “Fique em Casa” se mostrou vazia, quanto ao objetivo do isolamento social. No entanto, se tornou uma bandeira política, que serviu às direções sindicais, sem exceção, para justificar o fechamento dos sindicatos, e se refugiarem no mundo virtual das redes sociais. Sob as bandeiras do isolamento social e do “Fique em Casa”, encabeçadas pela frente dos governadores, as direções sindicais

me da classe operária e dos demais explorados em todos os sentidos.

O POR, dia a dia e nos momentos do agravamento da crise sanitária e econômica, exigiu que as direções rompessem com a passividade, assumissem um plano de emergência próprio dos explorados, e passassem a organizar a luta coletiva desde as fábricas, bairros, favelas, até as ruas. Dois frentes de resistência à incapacidade da burguesia de proteger os pobres e miseráveis se abriram, ao mesmo tempo. O frente da Pandemia. E o frente

---

***Dois frentes de resistência à incapacidade da burguesia de proteger os pobres e miseráveis se abriram, ao mesmo tempo. O frente da Pandemia. E o frente das demissões, desemprego, fechamento de fábricas e avanço da fome. Não havia como combater em uma trincheira, sem combater na outra.***

---

passaram a negar as ações coletivas, e abriram mão da defesa das reivindicações próprias dos explorados. Ergueu-se uma frente ampla pela passividade das massas, que abarcou inclusive a CSP-Conlutas. Os partidos e correntes de esquerda deram expressão política a essa passividade.

A Pandemia, por si só, atingiu as massas como uma tormenta. Tormenta que se avolumou com as demissões em massa, aumento do desemprego, e redução da capacidade de compra dos assalariados. O governo federal, com o apoio do Congresso Nacional, facilitou aos empregadores reduzir salários, e suspender contratos de trabalho, por meio da MP 936. As direções sindicais se prostraram diante dos ataques capitalistas, sob a máscara do “Fique em Casa”, como se tivessem em uma posição de legítima defesa da vida da população. Essa fraude política resultou no desar-

das demissões, desemprego, fechamento de fábricas e avanço da fome. Não havia como combater em uma trincheira, sem combater na outra. A burocracia sindical e as direções políticas ligadas ao movimento se negaram a resistir em qualquer uma delas. Essa atitude “negacionista” exigiu uma explicação ideológica: a de que todos eles estavam empenhados em cumprir o isolamento social. Os socialistas hipócritas se valeram da bandeira de “greve geral sanitária”.

Nesse transcurso, os metalúrgicos da Renault realizaram uma greve de mais de 20 dias contra as demissões. O restante da burocracia sindical apenas abençoou de longe uma luta, que poderia abrir caminho a um movimento geral pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. A greve metalúrgica, no entanto, estava indicando que não havia outra maneira de combater as demissões, a não ser colocando em pé uma frente única sindical

em todo o País. O que modificaria o curso dos acontecimentos, uma vez que a classe operária passaria a ter a iniciativa política, tanto em relação à Pandemia, quanto às medidas antioperárias e antipopulares da burguesia e dos governantes. A Ford anunciou o fechamento de todas as suas fábricas no Brasil, em seguida, foi a vez da LG, que se estendeu às fornecedoras Blue Tech, 3C, Sun Tech. As direções foram obrigadas a recorrer às assembleias presenciais, mas para conduzi-las para os acordos de indenização. A onda de fechamento de fábricas passou à margem dos olhos das direções sindicais e políticas. Os trabalhadores dos Correios recorreram à greve contra a privatização e as consequentes demissões. Tiveram a mesma sorte que as demais lutas, tal foi o desinteresse das direções em romper o seu isolamento, e cavar uma trincheira de combate à diretoria de desestatização, que se impõe desde o governo de Fernando Collor.

Enquanto centenas e centenas morriam diariamente nos hospitais, as demissões corriam soltas, e milhões mal conseguiam comer com o miserável auxílio emergencial de R\$ 600,00, cortado para R\$ 300,00 e, agora, para menos ainda, as direções sindicais e políticas discursavam nas lives sobre a defesa da vida, da aplicação do isolamento social e até mesmo da panaceia de uma “*greve sanitária*”. Chegou a vez da vacina. A guerrinha entre Bolsonaro e Doria entrou no segundo capítulo. Os monopólios passaram a ditar a nova etapa de enfrentamento à Pandemia. O resultado foi que, até hoje, a vacinação continua lenta, e as mortes elevadas. As direções sindicais ficaram à espera do desdobramento do conflito entre os governantes e da guerra comercial entre as potências. O país atingiu a marca de 500 mil mortos, o desemprego saltou para 14,7 milhões, e o subemprego, 34 milhões.

Depois de um ano e três meses, as direções resolveram sair da passividade e convocaram o Dia de Mobilização Nacional. Mesmo assim, as direções políticas se mostraram divididas. Deveriam romper com a política burguesa do isolamento social? Não seriam acusadas de colaborar com o “*negacionismo*” de Bolsonaro? O que diriam aos trabalhadores, depois de tanto tempo afirmando o “*Fique em Casa*”? Afinal, a Pandemia conti-

nua matando mais de dois mil infectados, diariamente. Não seria reconhecer o fracasso da política do isolamento social dos governadores? Mas, a imensa maioria há muito estava na labuta diária pelo salário, pelo pão. Como continuar justificando o “*Fique em Casa*”, se os governadores tinham fraturado o parcial isolamento social com o cronograma de flexibilização?

As direções já não tinham onde se agarrar, para continuar bloqueando o descontentamento dos explorados, que em algum momento explodiria, a despeito das barreiras levantadas pelas direções. A manifestação de 29 de maio surpreendeu a todos, pela massividade. As bandeiras do “*Fora Bolsonaro*” e Impeachment foram reerguidas. O que animou as direções a convocarem o dia 19 de junho.

O governo Bolsonaro, de crise em crise, se tem desmoralizado aos olhos da população. Não tem como esconder sua responsabilidade pela catástrofe econômica e social. É nesse quadro que o restabelecimento dos direitos políticos de Lula alterou a perspectiva eleitoral do ano que vem. A possibilidade do impeachment é diminuta. Os comandantes das Forças Armadas continuam como um dos pilares de sustentação do governo em bancarrota. E o Congresso Nacional está sob o controle dos bolsonaristas. De forma que o “*Fora Bolsonaro*” não passa de uma consigna eleitoral. Não há como as esquerdas preencherem-na de outro conteúdo político.

A adesão geral ao dia 19 pelas direções políticas, que se encontram unidas em torno ao “*Fora Bolsonaro*”, se deve às vantagens eleitorais que se abriram para o PT e aliados de esquerda. Os recalcitrantes se animaram em admitir a presença de Lula na Av. Paulista. Se o ex-presidente decidir comparecer, não haverá como os petistas, aliados, e a burocracia sindical ocultarem que a quebra da passividade passou a ser usada como meio de uma estratégia eleitoral. Nas manifestações de 29 de maio, a bandeira do “*Fora Bolsonaro*” estabeleceu esse norte. As necessidades prementes dos explorados compareceram subordinadas à linha do reformismo petista. A direção da CUT e da maioria das centrais considera que o mar de desemprego e subemprego diz respeito à política eco-

nômica. O movimento, portanto, deve ser canalizado para substituir Bolsonaro por outro governo burguês, supostamente comprometido com as causas dos explorados. O caráter de classe do governo, evidentemente, é ocultado.

O fato de o programa de reivindicações do proletariado e dos demais explorados não ter sido hasteado no dia 29 marcou a orientação política do dia 19 de junho. A ausência da presença física das massas operárias expôs as limitações da quebra da passividade e das manifestações de rua. No entanto, a grande afluência das camadas pobres da classe média e da juventude oprimida foi impulsionada pelo fracasso dos governantes – não só de Bolsonaro – e da burguesia em conter a Pandemia e proteger os empregos, salários e direitos. Os reformistas e oportunistas de esquerda as iludem com a bandeira do “*Fora Bolsonaro*”, ocultando a estratégia eleitoral, e, sobretudo, a sua própria responsabilidade, diante do flagelo do desemprego, subemprego e fome, que açoitam a vida da maioria oprimida.

É nesse marco que se estabelecem os objetivos e as tarefas, que a vanguarda com consciência de classe deve expressar no interior das mobilizações. O objetivo principal é o de impulsionar a revolta dos explorados, por meio de seu programa de reivindicações, por onde se aproximam da estratégia revolucionária de poder, da luta por um governo operário e camponês, forma governamental da ditadura do proletariado.

A principal tarefa é a de propagandear, agitar e organizar a luta do proletariado no campo da independência de classe pelo programa de emergência, e levar a pequena-burguesia descontente a se vincular à política do proletariado. Para isso, é obrigatório que a vanguarda com consciência de classe não disperse as reivindicações, por onde a classe operária se levantará contra os governantes, a burguesia e o imperialismo. O radicalismo verbal não move os explorados. O que os move são suas necessidades. Um passo que se dê pelas reivindicações próprias aplanará o caminho da luta de classes, essa sim reflexo radical do antagonismo entre o proletariado e a burguesia, a maioria explorada e a minoria exploradora, a nação oprimida e as nações opressoras (imperialistas).

19 de junho

# Contra a miséria e a fome Ganhar as ruas do país

*Lutar por empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal  
Que a mobilização dê mais um passo em direção a um Dia Nacional de Luta,  
com paralisações e bloqueios*

A manifestação de 29 de maio deu um passo na quebra da passividade. Ficou claro que o longo período de um ano e três meses, em que predominou a bandeira do “Fique em Casa”, resultou em um desastre para a classe operária e os demais explorados. A Pandemia continuou avançando, as demissões se multiplicaram, o desemprego cresceu e a miséria e a fome deram um salto à frente.

Não havia outra forma de os oprimidos se defenderem, a não ser se lançando às ruas. A não ser se unindo em torno a um programa próprio de reivindicações. A não ser se levantando contra as demissões, redução salarial, suspensão de contratos de trabalho, e fechamento de fábricas. A não ser rechaçando as privatizações e a reforma administrativa. A não ser exigindo um auxílio emergencial, que de fato defenda a vida de milhões de desempregados e subempregados. A não ser reagindo ao bloqueio da vacinação, pelas potências, pelos monopólios farmacêuticos e pelas disputas interburguesas; reagindo à falta de leitos, remédios e oxigênio na rede pública de saúde. E a não ser se rebelando em todo o país contra a miséria e a fome.

A disposição de luta no dia 29 de maio foi a prova definitiva de que a passividade serviu à burguesia, Bolsonaro, Doria e ao imperialismo. Foi a prova de que, em quaisquer circunstâncias, os explorados não podem renunciar às suas reivindicações e aos seus métodos de luta. Mesmo nas condições difíceis do impacto inicial da Pandemia, os sindicatos e movimentos não poderiam se sujeitar às manobras, disputas políticas e decisões tomadas pelos governantes. Não poderiam ter desmontado o Dia Nacional de Luta, em 18 de março de 2020. A vanguarda militante, constituída pelas esquerdas, por sua vez, não poderia ter se sujeitado à linha da passividade, ditada pela burocracia sindical e pelos partidos reformistas. A unanimidade entre as centrais e as direções dos sindicatos, de acatarem a bandeira do “Fique em Casa”, ergueu uma barreira política e organizativa contra a necessidade da luta coletiva. Não vimos uma só direção sindical contestar essa diretriz, que claramente serviu às disputas entre Bolsonaro, Doria e a frente de governadores. Diretriz que levou à colaboração na aplicação da MP 936, e que resultou no desconhecimento das demissões em massa.

A mudança de atitude política somente ocorreu quando se tornou insustentável a manutenção da passividade das massas. O último capítulo do refúgio das centrais e sindicatos ao mundo virtual foi o do 1º de Maio. Em seguida, decidiu-se pela convocação do Dia de Mobilização Nacional. Milhares e milhares de manifestantes acatarem o chamado de ir às ruas. Isso no momento em que a segunda onda da Pandemia continuava em alta. Os explorados são destemidos quando necessitam da força coletiva para se defender. As suas direções fizeram de tudo

para espalhar o temor político, colaborando com as pressões dos governantes, contrários à luta dos trabalhadores. Vimos como a covardia das direções foi um sintoma da política de colaboração de classes. É importante ter claro que a quebra da passividade não resultou de um reconhecimento das direções sobre sua responsabilidade pela tragédia que se abateu e abate sobre as massas. Eis por que a manifestação do dia 29 de maio não teve como centro da luta o programa de defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal.

As necessidades mais urgentes dos pobres, miseráveis e famintos não foram o ponto de partida para a quebra da passividade e base para levantar os explorados no país. O desemprego, subemprego, miséria e fome serviram apenas de palavreado para rechear a bandeira do “Fora Bolsonaro”, cujo objetivo eleitoral não teve como se esconder. A classe operária não foi organizada para comparecer à manifestação, e dar um norte classista à luta contra o governo Bolsonaro e o conjunto da burguesia.

---

***As necessidades mais urgentes dos pobres, miseráveis e famintos não foram o ponto de partida para a quebra da passividade e base para levantar os explorados no país. O desemprego, subemprego, miséria e fome serviram apenas de palavreado para rechear a bandeira do “Fora Bolsonaro”, cujo objetivo eleitoral não teve como se esconder.***

---

Hoje, dia 19 de junho, voltamos às ruas, sem ter claro se as centrais e sindicatos organizaram a classe operária para estar presente. No dia 18, as centrais decidiram fazer manifestações nos locais de trabalho. Segundo a CUT, a intenção era a de discutir nas portas das fábricas a “pauta trabalhista”. Tudo indica que o objetivo não foi o de organizar as massas operárias para intervir no ato do dia 19 com as reivindicações de empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal. Caso o dia 18 não sirva para fortalecer o dia 19 de junho, com a presença organizada da classe operária, ficará configurada uma ação paralela da burocracia sindical, que pretende que o dia 19 se circunscreva à campanha eleitoral do “Fora Bolsonaro”.

Estamos diante do perigo de a quebra da passividade ser utilizada para as disputas eleitorais, embora as eleições presidenciais estejam distantes. Está colocada a luta da vanguarda com consciência de classe pela independência política dos explorados. Concretamente, essa luta se trava no campo das necessidades vitais da maioria oprimida. A classe operária e os demais trabalhadores se unirão em defesa dos empregos, salá-



rios, direitos trabalhistas e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Aí está o ponto de partida para a luta política das massas contra a burguesia, Bolsonaro e demais governantes. Desviar-se desse caminho resulta em canalização da revolta latente dos explorados para a política burguesa.

O objetivo de mudar um governo burguês por outro não corresponde às necessidades dos explorados, e à sua luta independente por um programa próprio. A posição da direção da CUT, que segue o PT, de que o objetivo é o de mudar o governo, para “aquecer a economia e gerar emprego”, compromete a luta independente do proletariado.

O desemprego é estrutural no capitalismo. E o subemprego em grande escala é próprio dos países de economia atrasada e semicolonial, como o Brasil. A tendência mundial do capitalismo é a de aumento do desemprego e subemprego. A flutuação conjuntural para cima e para baixo, certamente, depende do crescimento ou retração econômica. Mas, a tendência determinante é a do agigantamento do exército de desempregado e subempregado. Nenhum governo burguês tem como modificá-la, uma vez que se trata de uma lei econômica do capitalismo da época imperialista. Época das contrarreformas; e não das reformas, que ficaram enterradas no passado histórico.

A defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas se faz pela encarniçada luta de classes. É por esse caminho que as massas se defenderão e avançarão, no objetivo de expropriar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

O governo Bolsonaro está esgotado, mas a oligarquia ainda necessita de seu reacionarismo para impor as contrarreformas. O que desperta a ilusão de que, elegendo um governo reformista, tudo mudará em favor da maioria oprimida. A experiência com os governos petistas já mostrou que isso é falso. Colocar as necessidades dos explorados na dependência de um novo governo burguês leva à manutenção da tendência de destruição de parte da força de trabalho e perpetuação da pobreza, miséria e fome da maioria.

A tarefa revolucionária é a de criar as condições da luta de classes para as massas encarnarem a luta por um governo próprio, um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. Não existem atalhos

para o avanço da revolução proletária, embora as condições objetivas estejam dadas. O proletariado necessariamente tem de encarnar o programa que vincula as reivindicações mais elementares com a estratégia de derrubada da burguesia do poder.

Com a Pandemia, as condições de existência das massas regrediram em grande escala. A luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas é questão de vida ou morte para milhões de trabalhadores. A renúncia das direções sindicais em organizar os movimentos – pela redução da jornada sem reduzir os salários e estabilidade no emprego; pelo fim da terceirização e incorporação dos trabalhadores terceirizados, com salário igual para função igual; pela reconquista dos direitos trabalhistas e previdenciários destruídos pelas contrarreformas; pela derrota da reforma administrativa, que ataca profundamente a maioria do funcionalismo público; por um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora; pela imediata estatização das fábricas fechadas, sob o controle operário da produção – enfraqueceu os sindicatos e comprometeu sua independência política diante da burguesia e seu Estado.

Neste dia 19 de junho, a segunda mobilização nacional deve colocar bem alto o programa de reivindicações próprio dos explorados. A aplicação do auxílio emergencial, que cubra as necessidades da família trabalhadora, e a aceleração da vacinação, começando pelos pobres e miseráveis, têm de ser imediatas. O fim das demissões, fechamento de fábricas e readmissão dos demitidos na Pandemia tem de ser imediato. A recuperação do valor dos salários e o reajuste automático de acordo com o custo de vida têm de ser imediatos. A implantação de um salário mínimo vital, de acordo com as necessidades reais da família operária, tem de ser imediata. O fim das privatizações tem de ser imediato. A anulação das contrarreformas tem de ser imediata. E deve-se abrir, imediatamente, uma luta contra o governo e o patronato, para a redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários.

A segunda mobilização deve exigir das centrais e sindicatos que convoquem assembleias e constituam comitês de luta. Que organizem, assim, um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. O objetivo é o de impor ao governo e à burguesia o programa de reivindicações próprio dos explorados.

***Não existem atalhos para o avanço da revolução proletária, embora as condições objetivas estejam dadas. O proletariado necessariamente tem de encarnar o programa que vincula as reivindicações mais elementares com a estratégia de derrubada da burguesia do poder.***

**Publicado o livro:**

**PANDEMIA**

**AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME**

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.





*Oitava carta do Partido Operário Revolucionário (POR)*

**Aos trabalhadores e à juventude oprimida**

# **19 de junho, mais um Dia Nacional de Mobilização massivo**

**Caminhamos para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios**

*A classe operária organizada deve se pôr à frente do movimento nacional, com seus métodos de luta coletiva e sua estratégia própria de poder. A defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação universal imediata une a maioria oprimida. Que as centrais e sindicatos se coloquem por um programa emergencial próprio dos explorados! Que convoquem as assembleias e formem os comitês de empregados e desempregados! Que a luta contra a pobreza, miséria, fome e mortandade não se submeta a nenhum interesse eleitoral! Pela completa independência política e organizativa do movimento das massas, diante da burguesia, dos seus partidos e dos seus governos!*

**VIVA AS MANIFESTAÇÕES MASSIVAS DE 29 DE MAIO E 19 DE JUNHO!**

21 de junho de 2021

O POR vem, insistentemente, se dirigindo aos trabalhadores e à juventude oprimida por meio de cartas. Desta vez, trata-se de um balanço da mobilização de 19 de junho. O momento político favorece a organização de um poderoso movimento dos explorados, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e imediata proteção da população, diante da mortandade provocada pela Pandemia. Mas também favorece o oportunismo eleitoral e a política que submete as necessidades mais elementares da classe operária às ilusões de que um novo governo burguês poderia resolvê-las.

O POR tem insistido que o caminho, independente e seguro, está em unir o proletariado em torno a um programa de emergência próprio. Para isso, os sindicatos têm de romper a passividade, que ainda impera, devido ao bloqueio de suas direções. É o que explica o fato das mobilizações contarem ainda com a maioria da pequena burguesia arruinada, principalmente de sua juventude. O que facilita à direção canalizar o descontentamento para o oportunismo eleitoral. Há uma explícita negação em organizar um poderoso movimento de frente única, para combater as demissões, as perdas salariais, a destruição de direitos, o avanço da terceirização, o fechamento de fábricas, as privatizações e

a implantação do ensino a distância. De conjunto, representam um brutal ataque da burguesia e dos governantes à força de trabalho e às condições sociais necessárias à vida da maioria oprimida.

Os trabalhadores se deparam, ainda, com a incapacidade do Estado burguês e, portanto, das suas forças políticas, de proteger os pobres, miseráveis e famintos da Pandemia. Exatamente no dia 19, o Brasil atingia 500 mil mortos. A vacinação continua lenta, e o sistema público de saúde, incapacitado. Doria e a frente de governadores não suportaram as pressões dos capitalistas e das camadas de classe média, vinculadas ao

impor, perante a centralização federativa do Estado. Restaram as disputas sobre a vacina. Doria e a frente dos governadores pleitearam uma centralização estatal e agilização do Plano Nacional de Imunização. Quando Bolsonaro já não tinha mais como bloquear as iniciativas dos governadores, se evidenciou o principal obstáculo – a vacina e vacinação dependiam dos monopólios químico-farmacêuticos, e da guerra comercial travada pelos Estados Unidos e aliados europeus contra as iniciativas da China, cujos interesses monopolistas também eram e são visíveis.

A burguesia e os governantes, sem

---

***O POR tem insistido que o caminho, independente e seguro, está em unir o proletariado em torno a um programa de emergência próprio. Para isso, os sindicatos têm de romper a passividade, que ainda impera, devido ao bloqueio de suas direções. É o que explica o fato das mobilizações contarem ainda com a maioria da pequena burguesia arruinada, principalmente de sua juventude.***

---

comércio e serviços – limitaram a via do distanciamento social, flexibilizaram e, finalmente, abriram mão desse meio.

A bandeira do “Fique em casa” se mostrou demagógica, e serviu de cobertura a todo tipo de politicagem. Nesse terreno, no final das contas, venceu a posição de Bolsonaro, sem que a frente dos governadores tivesse força para se

exceção, se mostraram prostrados diante da prepotência dos monopólios e dos Estados Unidos, principalmente. Todo discurso sobre a ciência se resumiu à guerra comercial e à busca pelo lucro por um punhado de laboratórios. Os países ricos se lançaram à sua salvação, à custa da trágica situação dos países pobres e paupérrimos, que constituem a imensa



▲ O POR participou no ato de 19 de junho organizado junto à Frente de Luta, sob as bandeiras da defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação universal.

***O desemprego e subemprego são estruturais no capitalismo. Não podem ser resolvidos em nenhuma parte do mundo, mesmo nas potências. Os explorados só irão tomar consciência dessa lei econômica, lutando por suas necessidades vitais.***

maioria do capitalismo mundial. Os interesses do imperialismo se desfraldaram com a guerra da vacina. Interesses que recaem, em grande medida, sobre a maioria explorada dos países semicolônias. Não mais foi possível ocultar que, qualquer que fosse a iniciativa para defender de fato a vida das massas, se chocaria com os interesses da burguesia mundial e, portanto, da burguesia interna das semicolônias.

O fracasso da política burguesa do isolamento social, e, em seguida, o da imunização generalizada das massas, no Brasil, bem como o colapso da saúde e 500 mil mortos, rasgaram a máscara burguesa da defesa da ciência e da vida; e mostraram que os opositores de Bolsonaro não se dispuseram – nem poderiam se dispor – a recorrer às massas para derrubá-lo do poder. A Pandemia, assim, vem servindo de pano de fundo, sobre o qual se desenvolvem os conflitos e disputas interburguesas. Os partidos de esquerda institucionalizados se adaptaram a esse curso. Com a classe operária recuada, e a maioria desorganizada e sujeita às campanhas governamentais, predominaram livremente as diretrizes dos seus exploradores.

As direções sindicais e políticas se alinharam por detrás da frente dos governadores e das orientações de um dos

organismos do imperialismo, a Organização Mundial da Saúde (OMS). Sem nenhuma resistência das massas, durante um ano e três meses, imperou a passividade. Dia a dia, mês a mês, a Pandemia recrudescia, o número de mortos crescia; as demissões se avolumavam, e o desemprego caminhava sem parar. Ao se fecharem os sindicatos, e as direções se recolherem ao mundo virtual das redes sociais, se armou uma frente ampla de colaboração de classes, até então desconhecida, por sua amplitude e nefastas consequências. Os explorados foram chamados a acatar as medidas dos governadores, e aguardar os seus resultados. A oposição ao Bolsonaro “genocida” se faria por meio da política dos governadores, frente que uniu governadores ditos de esquerda (PT, PSB, PDT) a governadores de direita liberal (PSDB, etc.). O resultado foi que as massas continuaram expostas à contaminação, os hospitais seguiram colapsados, as mortes avançaram, o custo de vida se agravou, e a fome se espalhou.

No chamado de 29 de maio, uma multidão rompeu a passividade. Mostrou que estava cansada de apanhar, sem reagir. A maioria agarrou a bandeira do “Fora Bolsonaro”, erguida pelo PT e pela maioria quase absoluta das esquerdas. O ódio está concentrado em

um dos governantes da burguesia, cuja responsabilidade pela catástrofe humana é mais visível. Há uma justa aspiração das massas de se livrarem de Bolsonaro e de sua camarilha de generais. Na manifestação de 19 de junho, ampliou-se o eco “Fora Bolsonaro”. Os organizadores prepararam para que se mantivesse a estratégia eleitoral, ou, na melhor das hipóteses, um eventual impeachment. O conteúdo dessa bandeira não comporta a estratégia e o método da derrubada revolucionária do governo burguês pelas massas, por meio de sua ação e organização coletivas e independentes da política capitalista. Por mais que as correntes de esquerda procurem imprimir um conteúdo distinto, não fazem senão se adaptar às pressões das camadas pequeno-burguesas mais radicais que, sob a política do reformismo, lutam contra Bolsonaro. Isso se explica por que se repetiu, na manifestação de 19 de junho, o que se passou na de 29 de maio, em que o programa de reivindicações da classe operária permaneceu à margem, e as bandeiras gerais de emprego, salários, vacinação e auxílio emergencial serviram apenas de enfeite à bandeira central estratégica eleitoral do “Fora Bolsonaro”.

A linha política que conduz a oposição institucional de esquerda é a de que a volta de Lula à presidência criará as condições para erguer a economia, criar empregos, e retomar o assistencialismo social. Esse é o conteúdo estratégico da fórmula “Fora Bolsonaro”. As massas que se mobilizaram não têm como identificar o conteúdo real da casca que o envolve.

O desemprego e subemprego são estruturais no capitalismo. Não podem ser resolvidos em nenhuma parte do mundo, mesmo nas potências. Os explorados só irão tomar consciência dessa lei econômica, lutando por suas necessidades vitais. Em outras palavras, compreenderão que nenhum tipo de governo burguês pode resolver essa contradição, não apenas porque o desemprego e subemprego nascem da exploração do trabalho, como também porque o capitalismo da época imperialista é de decomposição. As conquistas no interior desse regime serão arrancadas pela encarniçada luta de classes. As esmolas que os reformistas prometem com sua

política de “distribuição de renda” são pingos no oceano de miséria e fome, agravadas com a Pandemia.

As direções que falam em um governo para combater a fome são as mesmas que aplicaram a MP 936, de Bolsonaro e do Congresso Nacional. São as mesmas que hibernaram por um ano e três meses, quando Bolsonaro agia contra o isolamento social e a adoção da vacina. Evidentemente, as massas não têm como identificar todos os responsáveis pela situação catastrófica, para a qual foram empurradas. Responsabilidades que não são iguais, mas que são responsabilidades, que se procuram ocultar, por detrás das bandeiras oposicionistas a Bolsonaro. É a história do lobo vestido de cordeiro; do capitulador vestido de salvador. Esses são os sintomas políticos que compareceram nas duas manifestações, que marcam a ruptura parcial da passividade.

O POR trabalhou, durante todo esse tempo, com toda energia, para que a ruptura ocorresse. E, no interior da ação de massas, fincou a bandeira do programa de reivindicações próprias dos explorados, convencido de que a luta contra o governo Bolsonaro é parte da luta contra a burguesia e o imperialismo. Luta essa que se dará por meio da luta de classes, que condiciona a luta no plano eleitoral. A estratégia do POR é oposta à dos partidos reformistas, de substituir um governo burguês por outro; é a do combate por um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

A estratégia revolucionária necessita de que o proletariado se eleve programática e organizativamente, por meio de seu partido revolucionário, para encarná-la, e para se tornar a direção da maioria oprimida. É por essa via que os explorados superarão as ilusões demo-

cráticas no reformismo, e passarão por cima do eleitoralismo. Há um percurso pela frente, que pode ser mais ou menos longo, que é ditado pelas condições presentes, da profunda crise do capitalismo e das necessidades mais elementares dos explorados.

A tarefa do momento é ter claro o seu ponto de partida, que consiste em trabalhar por unificar os explorados em torno ao seu programa de reivindicações próprio e à organização da ação coletiva no campo da independência de classe. O reformismo é um grande obstáculo, uma vez que bloqueia a luta pelos salários, empregos e direitos. Deve ser combatido concretamente a partir da defesa das necessidades vitais das massas. As ações individuais de agrupamentos que

***Passo a passo, se romperá o dique de contenção dos explorados, que se acham premidos pela Pandemia e pelo alto desemprego. São as tendências concretas de luta dos trabalhadores que possibilitarão unir empregados e desempregados; combater pelas reivindicações e conquistar terreno na luta pela independência política dos explorados.***

se reivindicam do anarquismo, não ajudam a organizar a luta coletiva. Acabam favorecendo o controle das manifestações pela direção reformista. Tem sido um feito positivo constituir uma frente de luta e pela independência política dos trabalhadores, para convocar e intervir nas manifestações, tendo por base um acordo de defesa do programa de reivindicações próprio dos explora-

dos. Pode avançar nesse sentido, caso se ligue à classe operária por meio da propaganda e agitação das reivindicações que levam à ação das massas. O método da ação direta das massas não se confunde com ações individuais de grupos, por mais espetaculares e corajosas que sejam. A frente vem avançando, mas a ação paralela de alguns de seus componentes não correspondeu à luta organizada e paciente pelas reivindicações vitais dos explorados. É preciso continuar avançando no enfrentamento aos obstáculos que têm represado a luta das massas durante esse longo período de Pandemia. A juventude oprimida, sem dúvida, ocupa um importante lugar nesse combate. Quanto mais organizada e consciente das tarefas, mais será um fator social favorável à luta do proletariado contra a burguesia.

A bandeira “Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios” continua vigente. Passo a passo, se romperá o dique de contenção dos explorados, que se acham premidos pela Pandemia e pelo alto desemprego. São as tendências concretas de luta dos trabalhadores que possibilitarão unir empregados e desempregados; combater pelas reivindicações e conquistar terreno na luta pela independência política dos explorados.

As duas grandes manifestações já foram um avanço, para um enfrentamento ao governo militarista de Bolsonaro, à burguesia e ao imperialismo. Não há dúvida de que as bandeiras do POR e da frente em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação universal, ecoaram nas manifestações, chocaram-se com a estratégia do reformismo, e chamaram a atenção de um contingente dos explorados. Esse é o caminho seguro da política proletária. Avante, coesos e sem dispersão!

R\$ 15

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS



Lições da  
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

## Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Marxismo

Teoria e Programa

Nova  
Coleção  
Editorial



**São Paulo**

# 100 mil manifestantes ganham as ruas



*O pronunciamento do POR, na tribuna do ato, demonstrou que estavam presentes duas linhas, de um lado a eleitoralista, e de outro, a de luta pelas reivindicações mais sentidas dos explorados, como emprego e salário.*

Nova manifestação massiva ocupou a Avenida Paulista, tendo como bandeira central o “Fora Bolsonaro”. A manifestação foi organizada por uma grande frente, que vai do reformismo às variantes do centrismo. Ao contrário do protesto do dia 29 de maio, quando grande parte compareceu ao local de forma individual, no dia 19 de junho, predominaram os blocos organizados de correntes, partidos e organizações.

As falas tiveram a preponderância das diversas variantes que se agrupam sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”, desde a defesa do impeachment do Presidente à eleição de Lula em 2022. Essa linha geral, reforçada por todas as correntes, esteve contraposta à necessidade de organização da luta unitária e nacional por empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal. Verbalmente foram utilizadas apenas como pano de fundo para a defesa da estratégia eleitoral/parlamentar. As únicas exceções foram a fala do POR no caminhão de som, e a intervenção da frente de luta e pela independência de classe.

O pronunciamento do POR, na tribuna do ato, demonstrou que estavam presentes duas linhas, de um lado a eleitoralista, e de outro, a de luta pelas reivindicações mais sentidas dos explorados, como emprego e salário. O pronunciamento concluiu afirmando que o movimento deve ter por objetivo estratégico a luta pelo fim do capitalismo e pelo socialismo.

A frente de luta se organizou na Praça do Ciclista, marchando em direção ao Masp. Na concentração, abriu-se a palavra a todos os que quisessem se manifestar na caixa de som. O POR abriu a manifestação da frente de luta com o pronunciamento, convocando os participantes a serem ativos e combativos. Assim foi o pronunciamento do militante do POR:

*Saudações, companheiros e companheiras.*

Nós, do Partido Operário Revolucionário (POR), queremos saudar a todos, neste dia 19 de junho. E dizer que o POR, como fez durante todo esse período de mobilização e nos atos que aconteceram nas ruas, está aqui mais uma vez para levantar a bandeira e a estratégia da classe operária e dos demais trabalhadores.

O manifesto do partido e as reivindicações que levantamos partem do princípio de que o capitalismo se encontra em profunda decomposição. A classe operária, os camponeses, os estudantes e os demais explorados devem levantar-se de forma unificada. Essa unidade, companheiros, tem como objetivo combater a burguesia e todos os seus serviços. A situação da classe operária e dos demais trabalhadores mostra que o desemprego tem aumentado, mostra que a miséria tem aumentado, que a fome tem aumentado, e que os salários são miseráveis, não são suficientes para manter a família trabalhadora. Cada vez mais, as condições ficam piores para a classe operária e demais trabalhadores. Portanto, companheiros, diante da ofensiva da burguesia, de todos os seus governantes e do imperialismo sobre os países semicoloniais e sobre a maioria oprimida, é preciso responder com o programa e os métodos da classe operária. Essa tarefa está expressa no Manifesto do POR, e nas dezenas de cartazes e nas faixas levantadas pelo partido nesta manifestação. Partimos da defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, da vacinação universal, começando pelos pobres e miseráveis. Bandeiras essas que expressam as reivindicações vitais dos explorados, que unificam os empregados, desempregados e a juventude oprimida, e se materializam na consigna de “Abaixo o governo fascistizante de Bolsonaro”. Bandeiras que se chocam com a burguesia e demais governantes, que têm em comum a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, fonte da miséria, pobreza e fome. Portanto, não há diferença entre Bolsonaro e Dória, ambos governam para a burguesia, e têm em comum a defesa da propriedade privada. As disputas interburguesas se dão no terreno eleitoral, e procuram arrastar a população para as eleições de 2022.

Companheiros, as manifestações de rua são um passo importante para quebrar a passividade das direções sindicais e políticas. Mas, não para conduzir o movimento para as eleições. E sim para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de um programa emergencial próprio dos explorados. Devemos rechaçar a via eleitoral. As eleições substituirão um governo burguês por outro governo burguês. Companheiros, temos nossos próprios métodos de luta e nosso programa. A classe operária tem sua estratégia de poder, que é a do governo operário e camponês, fruto da revolução social, da insurreição armada das massas. Somente assim, derrubaremos o capitalismo e ergueremos o socialismo, como transição ao comunismo.

**São Paulo****Intervenção do POR no carro de som**

*Companheiros e companheiras,*

Hoje, na Avenida Paulista, estão marchando duas linhas políticas em choque: de um lado, estão aqueles que acham que o movimento deve ser estendido até 2022, para desgastar eleitoralmente o Bolsonaro. Esta linha política é fracassada. É uma linha política que irá nos levar à derrota. Nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos: é de extrema necessidade organizar os explorados agora, a partir das suas reivindicações, a partir da defesa do emprego, dos salários, dos direitos e da vacinação universal. É a partir das reivindicações elementares,

mais sentidas das massas, que a gente vai organizar um movimento nacional, com capacidade para derrotar Bolsonaro.

Vai ser através da luta direta, nas ruas, e não pela via eleitoral e institucional, que nós vamos derrotar esse governo. É preciso não dispersar as nossas energias. É preciso erguer a luta pelos empregos e salários, para organizar o movimento pela derrubada de Bolsonaro. Derrubando esse governo militarista, com os trabalhadores nas ruas, a gente se aproxima da nossa estratégia própria de poder, em defesa do socialismo.

**Viva a revolução!**

**Recife****ATO MASSIVO, MAS SOB O PREDOMÍNIO DO ELEITORALISMO**

Sob chuva, cerca de 10 mil pessoas marcharam contra Bolsonaro e por vacina. Houve atos também em outras cidades do estado, como Arcoverde, Petrolina, Salgueiro, São José do Egito, Serra Talhada, Surubim e Vitória de Santo Antão. Desta vez, o PT e as organizações sob sua influência e direção estiveram com maior presença no ato. No dia 29 de maio, o diretório estadual comunicou que o partido não estaria presente, e que não convocava as pessoas a participarem.

Mesmo com as denúncias dos 500 mil mortos pela Covid-19, e o aumento do desemprego e fome, a política das direções continuou desviando a revolta dos trabalhadores para o terreno parlamentar e eleitoral, seja com o “Fora Bolsonaro”, cujo conteúdo é o alinhamento com o impeachment, ou com a defesa do Lula presidente em 2022.

A forte repercussão da repressão em 29 de maio, em que dois trabalhadores que não participavam da manifestação levaram disparos de balas de borracha no olho e perderam a visão, que levou à queda do comando geral da PM, do Secretário de Defesa Social e o afastamento de 16 policiais, não há, porém, uma verdadeira responsabilização. O comandante da PM foi para a reserva remunerada. E o governo do PSB e PCdoB age como se não tivesse responsabilidade no comando da ação policial. O que evidencia que somente um tribunal popular poderia julgar e punir esse crime da burguesia e seu Estado. Dessa vez, o Batalhão de Choque e a Rádio Patrulha não foram destacados para reprimir o ato, e o governo enviou oito “Agentes de Conciliação” para “mediar” a relação de organizadores e advogados com a PM.

Os organizadores imprimiram ao ato um forte tom de pacifismo, com a entrega de flores, inclusive a policiais, e a conclusão do protesto com um “abraço”, que preencheu as pontes Duarte Coelho (palco da brutal repressão), Princesa Isabel, e as ruas do Sol e da Aurora. A fala da vereadora do PSOL, Dani Portela, sintetiza o pacifismo, reformismo e eleitoralismo: “É muito simbólico que o ato tenha acabado com o



abraço às duas pontes, onde trabalhadores foram mutilados, e que rosas tenham sido distribuídas para dizer que não precisamos de uma polícia militarizada. Não dá para esperar, porque 2022 começa agora”.

O Partido Operário Revolucionário esteve presente, defendendo a necessidade de romper a passividade das direções das centrais sindicais e entidades estudantis. Expressou a urgência em convocar as assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia, para construir um dia de lutas, com paralisações e bloqueios. É preciso organizar a juventude, na luta por emprego e contra os cortes na Educação. Pedimos a fala no momento da concentração, porém, um organizador do PT monopolizava o microfone e não garantiu a palavra.

O POR marchou em bloco com Manguê Vermelho e FOB, com palavras de ordem que combatiam as ilusões no parlamento e nas eleições, defendendo a ação direta e a defesa dos empregos, salários e vacina. Combatemos o pacifismo, com palavras de ordem responsabilizando a PM por ter cegado dois trabalhadores.

A atuação do POR se deu em torno a um plano emergencial próprio dos explorados, com a defesa do emprego para todos, estabilidade, salários conforme valor calculado pelas assembleias de trabalhadores, por direitos trabalhistas e por vacinação universal, priorizando os pobres e miseráveis.



## Ceará

**Trabalhadores e juventude demonstram disposição de luta**

O Dia Nacional de Mobilização demonstrou a firme disposição de luta de uma parcela dos explorados. O ato foi convocado para a Praça da Gentilândia, e reuniu cerca de 15 mil pessoas, que saíram em passeata até o centro, finalizando no Benfica. No mesmo dia e horário, a carreata convocada pela CUT/CTB sindicatos de professores e servidores públicos, reuniu 1.200 carros. Saiu da concentração nas imediações da Igreja de Santa Edwiges, na Avenida Leste-Oeste, e encerrou na praia do Náutico. Houve ainda atos em 16 cidades do interior: Morada Nova, Jaguaribe, Itapipoca, Tauá, Tianguá, Quixadá, Limoeiro do Norte, Sobral, Russas, Maracanaú, Brejo Santo e Crato, e carreatas em Iguatu, Itaipaba, Canindé e Caucaia.

O ato permaneceu sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”, embora se falasse de “luta por vacina, direitos, comida no prato e dignidade”. Diversas categorias compareceram ao ato. Destacou-se, mais uma vez, a ausência da classe operária. As centrais sindicais cumpriram sua tarefa de canalizar a revolta dos explorados para as disputas interburguesas, e tiveram todo o cuidado para que as manifestações não ultrapassassem o limite estreito do desgaste puramente eleitoral do governo. Assim, os que denunciavam as 500 mil mortes por Covid estavam obrigados a ocultar o fundo do problema (a incapacidade

do capitalismo em proteger a vida das massas pobres e miseráveis, com ou sem Pandemia), e reduzir a tragédia à simples ação desastrosa do governo negacionista e “genocida”.

As consequências das crises econômica e pandêmica (fechamento de fábricas, milhões de desempregados, alta da energia, carne, gás, combustíveis e as 500 mil mortes por Covid) se têm tornado insuportável para os trabalhadores. Não fosse a política de colaboração de classes das direções e sua subordinação à política burguesa do isolamento social (que resultou no fechamento dos sindicatos, suspensão das assembleias presenciais e refúgio no mundo virtual), há muito, as massas já teriam saído às ruas, e se chocado com os governos. Mais uma vez, confirma-se a caracterização do POR de que as centrais, sindicatos e movimentos agiram como bloqueio às lutas, ao rejeitarem a ação direta em nome do “fique em casa”, do combate às aglomerações, etc.

As esquerdas pequeno-burguesas (PSOL, PCB, UP, PSTU etc.) compareceram também perfiladas, atrás da bandeira de “Fora Bolsonaro” e suas variantes. Foram incapazes de apontar a perspectiva de um governo próprio dos oprimidos (governo operário-camponês), assim como levantar uma plataforma de reivindicações, que assegurasse a defesa da vida dos explorados.

O POR esteve presente, com sua faixa, bandeiras, banca e manifesto. Agitou palavras de ordem em defesa dos empregos, redução da jornada sem redução de salário, vacina a todos, salário vital e unidade na luta. A atuação conjunta do bloco combativo (POR, FOB, Coletivo Carcará, GEAP) se mostrou mais uma vez positiva, permitindo distinguir uma linha classista de luta no interior da manifestação dominada pela política reformista.

O dia 19 de junho foi um passo adiante, em comparação ao 29 de maio. É preciso avançar a propaganda em torno das reivindicações de defesa da vida dos explorados, e exigir das centrais a organização de plenárias, comitês de luta e assembleias por categoria. Essas são as tarefas imediatas que permitirão envolver o conjunto das massas e mobilizar a classe operária.

## Rio Grande do Norte

**Intervenção do POR mostra o caminho da luta**

Mais uma vez, as massas expressaram a necessidade de combater o governo Bolsonaro nas ruas, com o método da ação direta. Estiveram presentes principalmente a classe média arruinada e a juventude oprimida. Ainda permaneceu ausente a classe operária. O ato foi semelhante ao anterior, seguindo o trajeto tradicional de grandes atos na cidade, iniciando no Midway, e finalizando, dessa vez, no Natal Shopping. Contou com cerca de 4.000 manifestantes.

A exceção do POR, predominou a bandeira do “Fora Bolsonaro”. O PT deu o conteúdo de Lula 2022, e outra parte da esquerda canalizou para a saída parlamentar do Impeachment.

O POR atuou com manifestos, faixa, bandeiras e palavras de ordem, em torno da defesa dos empregos, direitos e vacinação, combinando com palavras de ordem denunciando o eleitoralismo e defendendo a ação direta das massas. O POR



interveio no carro de som, no momento da concentração do ato. Segue um trecho da fala:

“Estamos vivendo uma crise profunda do capitalismo, onde são 19 milhões de pessoas passando fome. Onde, a cada dia, o desemprego aumenta. São 14 milhões de desempregados. Onde o patrimônio nacional vem sendo privatizado, e onde metade do orçamento é destinado ao pagamento da dívida pública aos banqueiros. Todos os dias, nossas vidas estão sendo esmagadas pela Pandemia, porque não temos uma vacinação universal. A miséria em nosso país só aumenta, o que evidencia que vivemos a barbárie social do capitalismo. Trata-se de um sistema econômico que tem de ser sepultado.

## Rondônia

### Foi dado um primeiro passo no sentido da unificação das manifestações de rua



Desta vez, a manifestação foi unificada com as centrais, sindicatos, entidades estudantis, movimentos populares, representantes indígenas e partidos políticos. Uma parte ganhou as ruas em passeata, e outra seguiu em carreta. Na realidade, a unidade se deu porque ocorreu a junção de horário e local. Observa-se que há ainda uma resistência por parte de algumas direções em constituir um só movimento, ocupando as ruas da capital. Há também uma parcela das direções que rejeita convocar os trabalhadores para as manifestações, a exemplo do Sintero, que, quando pressionada pela Corrente Proletária, alegou que a convocação de assembleia para organizar os trabalhadores para as manifestações poderia fazer com que o prefeito e o governador a usassem para justificar o retorno às aulas presenciais. A conclusão dessa burocracia é continuar com a política do “Fique em Casa”, mesmo diante dos 500 mil mortos, do alto desemprego, da fome e da miséria.

O movimento ocorreu em várias cidades do estado. Esteve, majoritariamente, sob a linha do “Fora Bolsonaro”. Somente o POR se diferenciou, intervindo com o Manifesto, faixas e com a fala, onde enfatizou os métodos próprios da classe operária, a aprovação de um plano emergencial dos explorados para conter a fome e o desemprego, e defendeu a constituição de comitês de luta nos bairros pobres, para organizar um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com ações diretas, manifestações massivas e bloqueios.

E a presença da classe operária nas ruas é fundamental. É preciso que as centrais e os sindicatos organizem o proletariado para ganhar as ruas, porque essa classe é, por seu lugar na produção, revolucionária. Que abram os sindicatos, que organizem os comitês de luta, que organizem as assembleias presenciais. É preciso mostrar a força social da classe operária e dos demais trabalhadores. Não há outra forma, que não seja organizar o proletariado nas ruas com a juventude pobre e a classe média arruinada. É urgente a unidade dos trabalhadores, a unidade dos movimentos, para derrubar esse governo, não nas urnas, mas na rua! Abaixo o governo direitista de Bolsonaro! ”

## Amazonas

### Crescem as manifestações no estado

Agora, cinco cidades do Amazonas realizaram alguma manifestação no dia 19 de Junho. Às cidades de Manaus, Humaitá e Parintins, reuniram Coari e Itacoatiara. Todas cidades que constam com campus da Universidade Federal do Amazonas.

Houve, no entanto, maior participação de outros setores do funcionalismo, como da Justiça, em Manaus e maior participação de populares. As manifestações em todas as cidades, com exceção de Humaitá, estiveram basicamente sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”.

Centrais sindicais compareceram no ato de rua de Manaus, unidas sob a mesma bandeira.

Em Humaitá, os militantes da Corrente Proletária/POR insistiram na defesa das reivindicações elementares, como emprego e direitos, que pode unificar o conjunto dos trabalhadores.

Como em 29 de março, não houve participação organizada da classe operária, seja da zona franca de Manaus, seja do setor da construção civil, presente na maioria das cidades.

Sob a política eleitoral e desgaste do governo, as manifestações têm um poder limitado. O POR trabalha para organizar os comitês de luta e levantar as reivindicações mais sentidas pelas massas.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

## AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

## Rio de Janeiro

# Manifestação massiva impõe o rompimento parcial da passividade das direções



A manifestação de 19 de junho, na capital carioca, tomou a Av. Presidente Vargas. O ato em rechaço ao governo Bolsonaro e a violência policial encerrou em frente à Candelária, mas a presença dos trabalhadores organizados desde os locais de trabalho foi pequena. Cabe lembrar que, em geral, as direções dos sindicatos boicotaram ou não impulsionaram o ato, a exemplo do SEPE, que chegou a votar que apenas apoiaria o ato, mas não faria a convocação. Apesar de boa parte dos manifestantes pertencerem aos setores médios, também percebemos a presença de setores mais explorados e populares.

Diversas organizações e partidos participaram do ato. A bandeira do “Fora Bolsonaro” (impeachment) predominou, apesar de uma parcela da esquerda

se colocar pelo “Abaixo Bolsonaro”. Procurou-se ecoar a bandeira de eleição de Lula. Mas foi o PCO que se prestou ao papel de defender uma nova candidatura burguesa de Luís Inácio (PT), com a faixa “Lula Presidente”. Também se fez presente o rechaço à contrarreforma administrativa e a batalha para que as centrais convoquem um dia nacional de paralisação.

O POR interveio com o seu manifesto e bandeira. Defendeu as reivindicações vitais como ponto de partida para unificar os explorados. Fez propaganda da estratégia da revolução e ditadura proletárias. A presença do POR, ainda que embrionária, se diferenciou das posições pequeno-burguesas e burguesas, que conduziram a manifestação para a estratégia eleitoral do PT.

## Rio Grande do Sul

# Relato enviado por simpatizante

A concentração do ato ocorreu no largo Glênio Peres, em frente à Prefeitura de Porto Alegre. Estudantes universitários organizaram uma concentração separada, e marcharam ao encontro do restante dos manifestantes, mostrando ser o setor social majoritário do movimento. Durante uma hora de concentração, subiram no carro de som representantes de algumas correntes políticas.

As intervenções dos partidos e correntes de esquerda estavam voltadas a fortalecer a campanha eleitoral do Lula, seja de forma explícita, como o próprio PT, PCdoB e PCO, seja de forma disfarçada, por trás de palavras de ordem como “Impeachment Já”, “Fora Bolsonaro e Mourão” “Fora Genocida”.

Perto das 16h, a marcha teve início, seguindo pela avenida Júlio de Castilhos, indicando que faria o trajeto clássico, que atravessaria as principais avenidas da cidade, mas, algumas quadras após o começo da caminhada, o ato deu a volta no terminal do CPC, e seguiu pela Avenida Mauá, passou pela Usina do Gasômetro, e terminou no Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa. Esse percurso impediu qualquer contato dos manifestantes com os moradores da cidade, também não causou nenhum incômodo ao trânsito ou ao comércio. No fim da caminhada, foram acesas velas em frente ao carro de som, que era controlado pelas lideranças da CUT, para que se fizessem orações às vítimas do coronavírus. O que evidenciou a influência clerical e o oportunismo dos reformistas e centristas, que se

aproveitam da dor provocada pela Pandemia para preenchê-la com a política pacifista.

Tudo foi extremamente pacífico e silencioso, pois, se encontravam entre os manifestantes elementos anunciados pelos organizadores do ato como sendo responsáveis pela ordem da manifestação, que estariam prontos para eliminar provocadores que contestassem a linha política geral adotada pela direção. Mas acabou não sendo utilizado o uso da força repressiva organizada pela direção do ato, nem a intervenção da brigada militar. A ausência da política revolucionária facilita a hegemonia das posições eleitoreiras. Os blocos das correntes políticas, separados por nomes e cores, mas unidos pelas palavras de ordem submetidas à democracia burguesa, foram seguidos durante três horas, por funcionários públicos, trabalhadores intelectuais, estudantes universitários e, bem pouco visíveis no meio de todos, pela juventude oprimida dos bairros, que está sofrendo com o desemprego e com nenhuma perspectiva de futuro.

A tarefa imediata é a de constituir o Partido Operário Revolucionário no Rio Grande do Sul, o que fortalecerá a sua construção nacional. A defesa do POR de que as manifestações devem ter por base as reivindicações mais sentidas pelas massas – de salário, emprego, direitos e vacinação a todos, juntamente com os métodos e a organização próprios da luta de classes: as greves, ocupações, bloqueios de ruas e avenidas – expressa o objetivo de unificar a maioria oprimida em torno da classe operária.

**Pernambuco****COMUNICADO SOBRE A DISSOLUÇÃO DO COMITÊ CLASSISTA DE LUTAS**

No dia 19 de junho, foi realizada uma reunião do CCL, com a presença da CPE-POR e Mov. PPGE-UFPE na Luta. Constatamos que, apesar de nossos esforços, o CCL deixou de ser construído coletivamente. A tarefa de procurar compreender as raízes da dissolução do comitê foi dificultada pela ausência de balanço das demais organizações. Considerando que não fazia sentido sustentar artificialmente um comitê, a CPE-POR propôs uma reunião de balanço crítico e autocrítico. Compreendemos que o comitê cumpriu um papel importante durante sua existência, permitiu quebrar parcialmente o isolamento da posição de defesa da retomada das lutas presenciais. Houve uma grande dificuldade, porém, em estruturar a unidade em torno de ações concretas, pelos bloqueios das direções burocráticas e pelas limitações dos próprios agrupamentos do CCL. Agora, que voltam os atos nacionais, seria o momento de impulso à frente única, porém, alguns agrupamentos se fecham em sua autoconstrução, como têm feito o MV (Nova Democracia) ao rejeitar a ação frentista, e o PCB, que volta às ruas e procura ocultar sua política anterior ou as contradições de dirigir o DCE e permanecer sem convocar as assembleias presenciais. A célula do PCB que se aproximou do CCL, nesse momento, tende a se reagrupar em torno de seu partido, o que explica a ruptura com o CCL, para além das justificativas sobre limitações pessoais.

Seguem trechos da Carta aos integrantes do CCL sobre sua dissolução, assinada pela CPE-POR e Mov. PPGE na

Luta. Foi feito também um comunicado público sobre a dissolução.

“(…) A experiência desses meses certamente permitirá realizarmos experiências futuras. Nosso entendimento é que a frente única deve erguer-se em torno de tarefas práticas, com ampla democracia nas plenárias, para que todos os agrupamentos e militantes expressem suas posições.

(…) Valorizamos a iniciativa da CPE-POR, MV, Mov. PPGE-UFPE na luta e FOB que, em 30 de setembro de 2020, decidiram convocar uma plenária presencial, tendo em vista o bloqueio das direções sindicais, populares e estudantis, que se refugiaram no mundo virtual. Na primeira plenária, foi criado o Comitê Classista de Lutas. Por todo esse período, convidamos outras organizações a se somarem.

Ao longo das onze plenárias realizadas, tivemos momentos de debate sobre a conjuntura, formações e elaboração de textos conjuntos sobre a luta por empregos; o combate ao Ensino a Distância e à privatização da educação; a estrutura de poder na universidade; a questão da moradia e transporte público. Elaboramos moções contra a intervenção na UFPB e UFCG, contra a negação jurídica ao direito de greve e organização ao sindicato dos rodoviários, e contra a demissão política do dirigente sindical e policial Áureo Cisneiros. Realizamos campanha de cartazes com essas temáticas. Organizamos o ato contra o aumento na tarifa do transporte coletivo, em Recife, participamos de atos convocados por categorias, como os metroviários e lutas de bairro, como a do Totó. Orga-

nizamos também um primeiro de maio presencial, em Recife e Surubim.

De setembro de 2020 aos dias atuais, tivemos mudanças na composição do Comitê. A FOB se retirou, justificando problemas organizativos internos, o MV se distanciou, sem justificativa ao coletivo, a célula de desempregados do PCB se integrou, assim como o MPL-Grande Recife, e o Movimento de Luta Popular e Comunitária – MLPC. Após o 1º de maio, tivemos dificuldades organizativas, quanto a locais para nos reunirmos e uma deterioração na comunicação interna do comitê. Após carta da CPE-POR solicitando posicionamento, o PCB comunicou seu afastamento, justificando dificuldades pessoais dos militantes em contribuir com o comitê. O Movimento PPGE-UFPE na Luta e o MLPC se dispuseram a continuar a construção da frente única. O MPL não respondeu.

É necessário que sejam erguidas frentes práticas com diversas organizações em defesa das necessidades mais urgentes do povo trabalhador, marchando ombro a ombro nas ruas, e manifestamos nossa disposição em viabilizar a tática da frente única, ainda mais necessária na conjuntura atual. Os agrupamentos presentes se comprometeram a viabilizar novas atividades para as quais convidarão amplamente todos que se disponham a continuar combatendo a passividade e conciliação de classes, com a luta em torno das reivindicações de Educação pública, contra a reforma administrativa, por empregos, salários, direitos sociais e vacinação universal, começando pelos pobres e miseráveis”.

**Publicado o livro:**

**LEON TROTSKY**

**A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



**LEON TROTSKY**  
A CONTINUIDADE  
DO MARXISMO-LENINISMO

**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**



## São Paulo

**Importante intervenção da Frente de Luta e pela Independência política dos explorados**

Ao levantar alto as reivindicações vitais da classe operária e dos demais explorados, a Frente, constituída originalmente pelo POR, FOB, LOI e CL-Socialismo se distinguiu da orientação eleitoralista do reformismo e do oportunismo da esquerda centrista, que formaram um cordão sob as bandeiras “Fora Bolsonaro” e “impeachment”. O acordo em torno à compreensão de que a tarefa é a de romper a passividade do movimento operário, combatendo pelo programa de emprego, salário, direitos trabalhistas e vacinação universal, possibilitou à Frente expressar, ainda que de maneira elementar, a política revolucionária do proletariado.

A Frente se fortaleceu desde a sua primeira intervenção, no 1º de Maio presencial, na Praça da Sé. Sua aparição bem organizada e concentrada na propaganda e agitação do programa próprio dos explorados surpreendeu os blocos das esquerdas, que, desta vez, mais bem definidos na manifestação de 19 de junho, não puderam desconhecer a resistência da Frente de Luta ao eleitoralismo e ao oportunismo.

No entanto, uma ação paralela de uma parte de seus compo-

nentes, que se reivindicava do anarquismo, demonstrou a fragilidade da Frente. Esse agrupamento não cumpriu o acordo frentista, que tinha por base intervir no interior do movimento de massa com as reivindicações e o método de luta da classe operária, que exclui as ações individuais. O que gerou um conflito com membros do MTST, que, tudo indica, estavam destacados para fazer a segurança da manifestação.

Evidentemente, a ação repressiva evidenciou o conteúdo geral da política eleitoral e oportunista, ditada pelas direções sindicais e políticas. É por esse conteúdo que o POR condenou a repressão aos militantes que fizeram a ação paralela. Distintamente, seria se a auto-segurança da manifestação estivesse sob a política do proletariado.

As massas, sob a direção revolucionária, formam sua própria disciplina coletiva, com o objetivo de potenciar a capacidade de luta e enfrentar os ataques do Estado burguês. Com certeza, nessas condições, as tendências anarquistas não teriam espaço para as ações paralelas. O cuidado se voltaria para a infiltração policial, que em todas as manifestações está presente.

O agrupamento que agiu paralelamente se defendeu com o argumento completamente errôneo, que é o de que o cerceamento imposto pelos seguranças do MTST é consequência em geral da política dos partidos. O POR rejeita essa explicação, segundo a afirmação acima exposta.

Está claro, portanto, que esse fato foi negativo para o avanço do trabalho frentista, sobre a base do programa de reivindicação dos explorados e do método proletário da luta de classes. A correção desse erro é a condição para a manutenção e a potenciação da Frente de Luta e pela Independência política dos explorados.

**Frente “Povo na Rua – Fora Bolsonaro” realiza caricatura de assembleia, e confirma decisão das direções majoritárias**

Depois da marcação do próximo ato, pelas frentes populares majoritárias e partidos reformistas e centristas, para o dia 24 de julho, 35 dias depois do 19 de junho, a Frente “Povo na Rua – Fora Bolsonaro” realizou uma plenária virtual. Essa Frente é dirigida pela UP, PCB e MES/PSOL, e a atividade aconteceu no dia 23 de junho.

Como já tinha acontecido na plenária anterior, a direção fez um controle rígido das falas, abrindo para convidados desses partidos ou seguidores de sua política e sorteados, que, curiosamente, foram majoritariamente os das organizações que dirigem a Frente. Aproximadamente, dois terços daqueles que fizeram intervenção foram dessas organizações, e o restante independentes. Assistiram pelo Youtube, em torno de 2.000 pessoas. Esse caráter configura mais uma live conjunta dessas correntes, do que uma assembleia.

De maneira geral, as falas se mantiveram em torno do “Fora Bolsonaro”. Pouco se falou das necessidades mais elementares das massas exploradas. A direção da Frente criticou a decisão de marcar um ato para o dia 24 de julho, mas garantiu que isso não significava um rompimento. Foram propostas outras datas, dia 3 e 10 de julho, sábado; e 13 de julho, terça-feira. Outras propostas apareceram, mas minoritárias. O dia 13, defendido pela direção, como era de se esperar, saiu vitorioso. O argumento principal é que se trata de um dia de mobilização dos Correios contra a privatização.

Apesar das críticas feitas, o que ficou claro no final é que o dia 13 seria uma espécie de preparação para a manifestação do dia 24. Nota-se que a discussão em torno ao fato da nova manifestação ficar muito distante tem a ver com o seu caráter. Uma

vez voltada para potenciar a política da oposição reformista e centrista ao governo Bolsonaro, as massas não devem tomar as ruas, e nelas permanecer em luta diária. Distintamente seria, se a classe operária e os demais explorados saíssem em combate por suas reivindicações vitais. A continuidade da mobilização, nesse caso, é decisiva para impor as exigências das massas à burguesia e seus governantes. Está claro, portanto, que a discussão virtual entre a UP, PCB e MES/PSOL se dá no terreno da oposição burguesa e pequeno-burguesa. Caso objetivasse derrubar o governo pela via da ação direta, estariam obrigados a criar as condições políticas em que o proletariado se colocasse à frente da maioria nacional oprimida. Essas condições, no momento, exigem unificar os explorados em torno da luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal.

## Rio Grande do Norte

**Boletim Nossa Classe**

O Boletim Nossa Classe convoca os operários para a manifestação do dia 19 de junho, com suas próprias reivindicações: estabilidade no emprego e manutenção dos direitos; reincorporação imediata dos demitidos na Pandemia; reajuste salarial, de acordo com a inflação; salário Mínimo Vital, que cubra as reais necessidades de uma família operária; vacina para todos, priorizando os pobres e miseráveis.

O Boletim denuncia a superexploração na fábrica Guararapes. Diz: *Após paralisar novamente a produção por mais uma semana, a fábrica retomou a produção no dia 7 de junho, e anunciou que agora os operários terão de trabalhar aos sábados, durante 6 meses. O trabalho aos sábados acarretará*

*um aumento na carga horária, de 44 para 52 horas semanais. Isso não é a primeira vez que acontece. Exige que a direção do sindicato (Sindconfeções) convoque uma assembleia, para que os operários aprovelem a luta contra mais essa imposição patronal. E levanta as bandeiras: Nada de trabalho aos sábados! Fim do banco de horas! Cancelamento de todo o débito de horas acumulado. As horas a mais que forem trabalhadas devem ser pagas como hora-extra! Redução da jornada SEM redução de salário! Aumento salarial já!*

Nesse Boletim, constam também mais duas notas. Uma sobre os salários atrasados da Allcontrol Engenharia, empresa terceirizada da Petrobrás, que

alega que não tem condições de pagar os salários. Em maio, os operários fizeram uma greve. A Petrobrás, ao invés de assumir a responsabilidade pelo pagamento dos salários, acabou rescindindo o contrato com a Allcontrol, jogando esses operários terceirizados na rua, sem trabalho e sem salários. O Boletim defende que a Petrobras pague imediatamente os salários atrasados, e efetive os funcionários da Allcontrol. A outra nota diz respeito à elevação do custo de vida. E defende que as centrais e sindicatos organizem a classe operária e os demais explorados, com seus próprios métodos, em defesa de um reajuste salarial automático, de acordo com a elevação do custo de vida.

**Boletim Nossa Classe – Ecetista**

O Boletim Ecetista de junho abre convocando os trabalhadores dos Correios para as manifestações do dia 19 de junho, sob as bandeiras que unificam a classe operária e os demais trabalhadores: empregos, salários, direitos trabalhistas, aceleração da vacinação. E contra o plano de privatização do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional, Correios, Eletrobrás e o que restou da Petrobrás.

No caso dos Correios, exige que as *“federações, a FENTECT (CUT) e a FINDECT (CTB), têm o dever de organizar os ecetistas, tanto em relação à campanha salarial de 2021, quanto à luta contra a privatização dos Correios e de outras empresas estatais. Mas, infelizmente, não é isso que temos visto. A FENTECT, cutista, chegou a postar uma nota, no final do dia 28 de maio, chamando os trabalhadores dos Correios a participarem das atividades do dia 29 de maio. Limitou-se a isso, somente. A FINDECT, da CTB, sequer fez isso. Não convocou, nem participou dos atos massivos que ocorreram nas capitais (...). Não adianta as Federações acusarem o governo de “genocida” ou “privatista”, se não lutam contra ele. É preciso partir da mobilização atual, e dar impulso a ela. Abandonar a política de pressão parlamentar ou judicial, que já se mostrou inútil em diversas ocasiões”. Conclui: “Que as direções sindicais cumpram o dever classista de organizar uma frente única por um programa de emergência dos explorados!”*

## Ceará

**Boletim da Corrente Proletária Estudantil**

O Boletim denuncia a perseguição política aos professores e estudantes da UECE. Relata que, no início de junho, professores e alunos da UECE foram surpreendidos, com uma intimação para comparecerem à delegacia da Polícia Federal (PF), para prestar esclarecimentos sobre “atos anti-fascistas”, ocorridos em 2018. Há informes de que se trata da retomada de um processo de 2018, que o próprio MPF já havia considerado sem viabilidade, mas que não resultou no arquivamento do inquérito, ao que tudo indica, por razões políticas. O suposto “crime” cometido pelos professores foi o de declararem-se inimigos do fascismo em suas aulas e no curso de filosofia. Mostra, também, que não é de hoje que o governo direitista de Bolsonaro vem penalizando os ativistas, criminalizando os movimentos sociais, e reabrindo antigos processos, a exemplo da ocupação da reitoria da UFC, em 2007, que, depois de 5 anos, teve continuidade, e do professor Arivalto, agredido na greve dos professores de 2011, na Assembleia Legislativa, e em seguida acusado pelo MP de violência contra o Estado, processo que ainda hoje está em andamento.

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil/POR manifesta seu total apoio e solidariedade aos acusados, e exige a imediata retirada dos processos. E defende a “Liberdade de expressão e organização dos explorados!”

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)

## Boletim da Corrente Proletária – Universidade

O boletim da Corrente Proletária na Educação – Universidade, voltado aos docentes das Universidades e Institutos Federais, abriu com o balanço de que, apesar dos atos massivos em 29 de Maio, a passividade ainda amarra as direções sindicais. A política do próprio Andes-SN serviu de exemplo dessa conduta.

Ainda que propagandeiem e incentivem, agora, os atos de rua, ao falar dos cortes na Educação, a direção do sindicato (PSOL e PCB) diz que as lutas presenciais são inviáveis, e que é preciso fortalecer as pressões sobre o Congresso Nacional. Da mesma forma, ante o avanço da contrarreforma administrativa, a direção do Andes, junto ao Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais, se presta ao papel de integrar o ato simbólico da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, para entregar ao presidente da Câmara, Arthur Lira, um abaixo assinado virtual.

A CPE defende que “Em vez de se limitar às denúncias dos malefícios da PEC 32 ou apelar ao Congresso Nacional vendido, as direções precisam mobilizar suas categorias para erguer um poderoso movimento, para usar os métodos históricos da classe operária, como as greves, grandes marchas e bloqueios de avenidas e rodovias. Essa luta precisa estar unida à luta dos trabalhadores das estatais,

também atingidos pela PEC 32 e pelas privatizações dos Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Metrô e outras empresas. A luta contra o fim da estabilidade do funcionalismo precisa se vincular à defesa da estabilidade a todos os trabalhadores. O combate ao avanço da terceirização não pode se dar à margem da defesa da efetivação dos atuais terceirizados, que devem ser efetivados com salários e direitos iguais. A luta para derrubar e enterrar a PEC é parte da luta contra a sangria das riquezas nacionais para pagar os juros e amortizações aos credores da dívida pública, o capital financeiro, por isso é parte da tarefa de erguer uma Frente Única Anti-imperialista”.

Outro sinal de que a adesão da direção do Andes aos atos de rua não significa o abandono da passividade se dá com a convocatória de mais um Conselho do Andes-SN (CONAD) Extraordinário virtual, nos dias 02, 03 e 10 de Julho. O boletim da CPE denuncia que a realização desse evento não tem nenhuma conexão com as necessidades do movimento e afirma: “Com a nova experiência do dia 19 de junho, o que temos pela frente é a retomada geral das lutas coletivas, de rua, massivas, que podem, de fato, e não por recurso retórico, colocar o governo contra a parede, a partir das reivindicações gerais e mais sentidas. É preciso também que CSP-Conlutas, ao qual o



## Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

POLÍTICA OPERÁRIA

### Apesar do 29M, passividade ainda amarra as direções sindicais

O dia 29 de maio marcou uma virada na situação política com os atos massivos em centenas de cidades do País. As direções sindicais foram surpreendidas, fizeram balanços mencionando o êxito, ocultando a própria responsabilidade pela política de passividade que amarrava os movimentos, enquanto o governo se sentiu muito à vontade para fazer todo tipo de ataque. O resultado da política conciliadora da absoluta maioria da esquerda, que pregava o “Fique em casa”, inacessível para a ampla maioria da população. O resultado foi catastrófico. Estamos chegando a mais de um milhão de mortos, sendo a maioria das vítimas mais exploradas da sociedade, que se contaminou na busca diária da sobrevivência.

As direções sindicais se dividiram em torno dos rumos da crise política. Uma ala quer potenciar o impeachment, outra pretende aguardar 2022. Ambos fazem das massas mero trampolim para suas aspirações de direita. É sintomático que a classe operária tenha estado



essa via que nos colocamos no terreno da independência de classe, abrindo a possibilidade de derrubar o governo Bolsonaro e propagandear a estratégia de poder própria do proletariado, o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Continua vigente a bandeira de romper a passividade, lutando por um plano emergencial próprio dos explorados com:

**ANDES-SN é filiado, convoque a classe operária para as manifestações, e exija das demais centrais a mesma convocação”.**

A CPE também destacou a denúncia e bandeiras de enfrentamento ao desemprego e ao assassinato de negros por parte da polícia. Ergue a defesa de que seja convocado um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações. Que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias e comitês presenciais, em torno da necessidade de lutar contra as demissões e fechamento de fábricas, por estabilidade, pela efetivação dos terceirizados, pela recuperação dos direitos trabalhistas e previdenciários destruídos, contra as discriminações, por vacina para todos, priorizando os pobres e miseráveis. Esse deve ser o plano de emergência empunhado pelos explorados, para enfrentar o governo e o patronato no campo da independência de classe.

## São Paulo

### Reunião da Corrente Proletária na Educação

No dia 20 de junho, ocorreu a reunião da Corrente Proletária, que contou com a presença de simpatizantes. Estiveram em discussão, três pontos: 1) o balanço da manifestação de 19 de junho; 2) as medidas de Doria para o retorno às aulas presenciais; 3) o balanço dos 120 dias da “greve sanitária” na rede municipal.

Houve um acordo de que as manifestações de 19 de junho foram mais um passo para quebrar a passividade das direções sindicais. Embora permanecessem sob a política dos partidos reformistas e sob a bandeira eleitoral do “Fora Bolsonaro”. Avaliou-se o acerto em constituir a frente de luta com outras correntes, que levantam as bandeiras de empregos, salários, direitos trabalhistas e vacina universal. O que permitiu se diferenciar das demais correntes, que estavam com as bandeiras eleitorais do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. Como conclusão, destacou-se a defesa de Um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

No segundo ponto, houve a discussão sobre o retorno às aulas presenciais em agosto, a política corporativa da direção da Apeoesp em relação à vacina, e a submissão à política do “Fique em Casa”. Concluiu com a leitura da declaração da Corrente Proletária, onde foram feitos alguns adendos importantes.

No terceiro ponto, a discussão se voltou à farsa da “greve sanitária” e a ausência da direção do Sinpeem das manifestações de 29 de maio e 19 de junho. Publicamos, abaixo, a nota de denúncia.

### Direção do SINPEEM boicota as grandes mobilizações contra o governo Bolsonaro

Diante das crises econômica e sanitária, e seguindo o exemplo dos palestinos, colombianos e de outros povos, que se têm lançado à luta radicalizada nas ruas, uma parte dos trabalhadores



e da juventude no Brasil também decidiu romper a passividade, imposta por suas direções sindicais e políticas, tomando as ruas do país, nos dias 29 de maio e 19 de junho.

E qual foi a posição da direção do SINPEEM diante das gigantescas manifestações? Simplesmente as condenou, fazendo coro com a ultradireita bolsonarista. O argumento que utilizou foi o de que seriam “aglomerações”. Como se vê, a direção do sindicato não compreendeu que as massas não têm opção. A burguesia se mostrou incapaz de defender a maioria, que tem padecido com as mortes por Covid, com o desemprego nas alturas, com a fome se alastrando, e mais um sem-número de mazelas.

Há um agravante nessa situação, que é o fato de a categoria estar em peso trabalhando presencialmente nas escolas. Os trabalhadores da Educação municipal devem perguntar-se: qual

é o significado político do boicote da direção do SINPEEM às manifestações? Nós, da Corrente Proletária na Educação/POR, dizemos: não existe a possibilidade de um posicionamento de neutralidade na luta de classes; se as manifestações golpeiam o governo burguês, ultradireitista e militarista de Bolsonaro, aqueles que se chocam com as manifestações, como o faz a direção do sindicato, servem de sustentação ao governo.

Agora, uma nova manifestação está marcada para o dia 24 de julho. Exigimos que a direção do SINPEEM organize a categoria, para comparecer e participar ativamente do ato. Para isso, é urgente a convocação de uma assembleia presencial, onde será possível aprovar as medidas necessárias para a continuidade da luta, tendo em vista os novos ataques que estão por vir, a exemplo da contrarreforma administrativa.

## **Declaração sobre a medida de volta às aulas presenciais Vencer a passividade e o corporativismo! Exigir as assembleias presenciais!**

Juntamente com o anúncio da vacinação aos profissionais da Educação, acima de 18 anos, o governador e Secretário da Educação reafirmaram o retorno às aulas presenciais, para início de agosto, sem limite de alunos por sala. Dias antes, foi publicada uma pesquisa da Unicef, que aponta os prejuízos na aprendizagem e socioemocionais de crianças e adolescentes, durante um ano de escolas fechadas no Brasil (2020). Um dos dados alarmantes é que 41% das crianças sem estudo tinham entre 6 a 10 anos. E que 5,2 milhões, de 6 e 17 anos, estavam fora da escola, ou sem atividades escolares. Uma de suas conclusões é que o fechamento de escolas durante a Pandemia poderá fazer o Brasil regredir duas décadas, no que se refere ao combate à evasão escolar.

Diante desses números, o Secretário da Educação procurou justificar as medidas tomadas – entre elas, o retorno às aulas presenciais, desde o segundo semestre do ano passado, a cota de 35% de presenças, a oferta de merenda, os recursos empregados para disponibilizar a “segurança sanitária” e, fundamentalmente, os meios que foram empregados para o acesso dos alunos e professores ao Ensino à Distância (plataformas, etc.). Reiterou que os prejuízos de aprendizagem serão grandes, caso não se normalize o funcionamento da rede escolar pública. Enfatizou que foi importante estabelecer o ensino remoto, mas que nada substitui o presencial. Sobre a vacinação dos educadores, frisou que não submeteu o retorno ou não das aulas à vacinação, porque isso dependia da disponibilidade dos imunizantes.

O fato é que o governo não pode continuar o “faz de conta” do retorno. O problema é que os alunos não estão frequentando as escolas, sequer os 35%. Boa parte não acompanha diariamente as aulas remotas. Os altos índices de evasão escolar colocaram por terra as metas do PSDB, de universalização da educação básica, particularmente do ensino fundamental I e II. O fracasso da utilização do Ensino à Distância, durante a Pandemia, não pode tornar o seu uso inviável na educação básica, tendo em vista a implantação das Escolas de Tempo Integral, “Novo” Ensino Médio, Novotec, Ejatec e outros programas, que têm parte do currículo nessa modalidade virtual.

No entanto, o governo tem pela frente três grandes obstáculos: 1) a Pandemia, que continua avançando; 2) a vacinação, embora tenha recebido mais imunizantes, continua lenta no estado; 3) a precariedade de boa parte das escolas. Como consequência desses obstáculos, enfrenta a reação dos pais, que temem o contágio do covid-19 e não enviam os filhos à escola. Um contingente de estudantes, particularmente do ensino médio, que teve de se submeter ao trabalho informal, não vê sentido no retorno às aulas presenciais. No caso dos professores, existe uma divisão. Os mais velhos permanecem em casa, e os demais voltaram para as escolas, no sistema de rodízio. Como há o medo da contaminação, essa situação acabou criando um conformismo, uma passividade, tendo em vista que não há prejuízos financeiros para a grande maioria. Os prejuízos são para os contratados, que dependem de aulas atri-

buidas, ou do trabalho eventual diário.

Dessa forma, para o governo impor a volta presencial, tem de ser uma medida de força. O que tem dificultado, em função da alta contaminação e das condições de funcionamento das escolas. A pressão por meio da normalização da rede privada, que poderia impulsionar a pública, não tem ocorrido, porque há também resistência dos pais ao retorno presencial completo. O governo diz que a rede pública está cada vez mais atrasada em relação à rede privada. Essa constatação tão somente demonstra o precipício que existe entre a rede pública e privada. E, o mais importante, a distinção de classe que separa a maioria pobre (crianças e jovens) e a minoria rica. Esse caráter de classe da escola ficou ainda mais visível com a Pandemia.

### **Política passiva e corporativa**

Denúncias, lamentos pelas mortes e recusa às ações coletivas marcaram a política da direção da Apeoesp. No momento em que Doria anunciou o retorno às aulas, no segundo semestre do ano passado, a direção decretou a “greve sanitária”, que se configurou concretamente em um boicote individual. O fato de depender da decisão individual levou a uma divisão, entre a parcela que ficou em casa e a parcela que acabou indo trabalhar, sob a pressão do governo. O sindicato recorreu à Justiça contra o retorno. Ganhou a causa. No entanto, o governo não acatou, continuou a pressão sobre os professores, e estes se viram obrigados a romper o boicote. Essa situação evidenciou que só existe greve

quando é uma decisão e ação coletivas dos trabalhadores.

A condição para o retorno às aulas, exigida pela “greve sanitária” virtual, foi a de que, somente com a vacinação dos professores e funcionários, seria possível normalizar o funcionamento das escolas. Finalmente, Doria resolveu acatar a reivindicação. Ocorre que a imunização ficou incompleta, porque ainda necessita da segunda dose. Assim, a direção da Apeoesp se colocou pela não normalização, aceitando, porém, a cota de alunos por sala e o rodízio dos professores. Essa posição já havia sido tomada, quando acabou a “greve sanitária”. Uma vez que não pode se utilizar da fracassada “greve sanitária” (boicote), restou à direção se apoiar tão somente na decisão da Justiça, que havia sido descumprida pelo governo, sem nenhuma consequência.

O fracasso dessa política foi o de se apoiar nos meios virtuais para decidir sobre os rumos do movimento. Rejeitou a convocação de assembleias e reuniões de representantes de escolas e do conselho estadual. Rechaçou, durante mais de um ano de Pandemia, tudo o que fosse presencial. O sindicato fechou as portas, e as subseções fizeram o mesmo. Dirigentes sindicais recorreram ao assistencialismo, entregando as cestas-básicas aos professores que enfrentavam dificuldades, particularmente os contratados. Prevaleceu a política da passividade e das iniciativas individuais, a exemplo da “greve sanitária”.

O governo aproveitou o servilismo da direção à política do “Fique em Casa”, para implantar os programas, como as Escolas de Tempo Integral (PEIs), Novotec, Ejatec e “Novo” Ensino Médio, que visam ao fechamento de turnos, eliminação de disciplinas e inclusão do Ensino à Distância. Em relação ao “Novo” Ensino Médio, já está sendo implantado o processo de escolha dos itinerários formativos, a partir do dia 21/6. Nem mesmo com tais programas, a direção convocou as assembleias para organizar a resistência. O combate continuou sendo corporativo e individual. Desde cima (dos aparatos virtuais), permaneceu a voz da direção, denunciando esses programas. O máximo que existiu foram as carreatas, os “atos simbólicos” e a caminhada pela vacina.

O resultado dessa política, que condenou os métodos próprios dos trabalhadores, foi o desarme do professorado e o aumento da desconfiança de uma parcela para com o sindicato. Lembremos que há uma confusão entre a direção do sindicato

e o sindicato, que é o instrumento de luta dos trabalhadores.

### **Duas políticas opostas**

A direção e a maioria das correntes de Oposição acataram a bandeira do “Fique em Casa”. Colocaram-se pelas assembleias e reuniões virtuais. Recusaram a convocação das assembleias presenciais. E estiveram na linha de frente da farsa da “greve sanitária”.

A Corrente Proletária se opôs aos métodos virtuais, e se colocou pelos métodos próprios dos explorados. Denunciou a “Greve sanitária” por ser um boicote individual, mas trabalhou para que não fosse derrotada. Fez o boicote, até ser suspenso, que também se deu de forma online. Exigiu que a direção da Apeoesp convocasse a assembleia presencial, para que coletivamente os professores decidissem sobre o retorno ou não às aulas presenciais. Diante da ofensiva de Doria na implantação dos PEIS, etc., defendeu as assembleias, para que houvesse uma só luta para pôr abaixo tais programas, como ocorreu em 2015 e 2016. Mas não pôde contar com os setores da Oposição, que se alinharam com a política da direção, do PT.

A Corrente Proletária, desde o início da “greve sanitária”, rejeitou a conduta corporativa da direção do sindicato, que desvinculou a defesa das condições sanitárias dos trabalhadores da Educação do restante da população. Demonstrou que não se tratava de uma questão particular da Educação, e que, na realidade, os professores eram uma camada minoritária da maioria oprimida. Somente a luta organizada da classe operária e do conjunto dos explorados poderia tomar o problema da Educação em suas mãos. Deixou claro que o corporativismo da direção do sindicato era parte de um corporativismo geral, que levou o conjunto das direções sindicais a se contrapor à organização de um movimento nacional dos explorados. A luta dos professores contra a volta ao trabalho, sem as devidas condições garantidas, deveria servir para exigir das centrais, sindicatos e movimentos que se colocassem por uma resposta coletiva à política da burguesia e dos governantes.

No entanto, a “greve sanitária” serviu para reforçar o corporativismo e a bandeira do “fique em casa”, que unificou as direções sindicais e políticas em torno à passividade. O isolamento dos professores em relação aos demais explorados, ao ponto de exigir corporativamente a vacinação, quando os pobres e miseráveis continuavam e continuam à mercê da Pandemia e das más condições hospitalares, reforçou a política

geral das direções, de recusa à organização de um poderoso movimento, sobre a base de um programa de reivindicações próprio dos explorados. Esse corporativismo pareceu ter algum êxito, porque o governo não viu condições políticas para reprimir duramente o boicote. De forma que a “greve sanitária” se foi desfazendo por si só, devido à inércia dos professores, que deveriam ganhar as ruas, e dar o exemplo de luta aos demais trabalhadores.

Agora, quando Doria e Rossieli anunciam o funcionamento normal das escolas, a Corrente Proletária insiste em defender que a decisão do cumprimento ou não dessa medida está na dependência da convocação de uma assembleia presencial, precedida de reuniões regionais presenciais, para aprovar uma resposta coletiva.

### **Impulsionar as manifestações de rua**

Uma nova situação se abriu com as manifestações dos dias 29 de maio e 19 de junho. As direções, que ficaram um ano e três meses agarradas na bandeira do “Fique em Casa”, se viram obrigadas a recorrer às ruas. Essa mudança de posição, ainda que temerosa, resultou do acúmulo de descontentamento entre as massas. Certamente, as direções reformistas viram a oportunidade de se valerem da revolta latente para potencializarem a estratégia eleitoral. Não houve o rompimento da política de colaboração de classes, que prevaleceu nesse longo período de Pandemia. O corporativismo sindical continua bloqueando a unidade da classe operária e os demais explorados em torno às suas reivindicações vitais, por onde se pode combater a burguesia e seus governantes, que vêm descarregando a crise sanitária e econômica sobre a maioria oprimida.

A fluência de milhares de trabalhadores e jovens, principalmente da classe média empobrecida, foi desencadeada pela continuidade da mortandade, pela alta do desemprego, avanço do subemprego, alta do custo de vida, redução de salários e destruição de direitos trabalhistas. A direção que comandou a passividade é a mesma que comanda o retorno das mobilizações de rua, portanto, não encarna as necessidades vitais e as reivindicações dos explorados.

Trata-se de travar a luta no interior da Educação, tendo por base a experiência negativa da passividade e da farsa da “greve sanitária”, para desenvolver a política do proletariado nas novas condições que se abrem com o rompimento da passividade.

# Repúdio à repressão policial

## Abaixo o PL 490 da bancada ruralista

No dia 22 de junho, os manifestantes indígenas, que protestam contra o PL 490, em frente ao Congresso Nacional, foram reprimidos. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denuncia que a ação militar causou uma dezena de feridos, sendo dois com gravidade.

O Projeto de Lei 490/2007 está sendo votado na Comissão de Constituição e Justiça, para em seguida ir ao plenário. Trata-se de um projeto que modifica a Constituição de 1988, no que se refere aos direitos territoriais dos povos indígenas. Entre as mudanças, constam que, caso o agrupamento indígena não consiga provar que estava no local da demarcação

em 1988, não teria mais direito a terra; altera o ponto sobre o usufruto da terra exclusivamente por indígenas, permitindo a criação de postos militares, expansão de estradas, exploração de riquezas. Portanto, cria mais obstáculos para a demarcação de terras, e possibilita que locais já demarcados sejam explorados por mineradoras, madeireiras e agronegócio.

A derrubada de mais esse ataque de Bolsonaro e Congresso Nacional dependerá da luta unitária de operários, camponeses e povos indígenas. Que os sindicatos e movimentos indígenas e camponeses organizem as ações coletivas e de rua, para garantir o direito dos indígenas à terra.

### Mais um golpe de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores

Bolsonaro e Guedes pretendem pôr fim ao abono salarial, valor que é pago uma vez ao ano, e que varia de um salário mínimo (R\$ 1.100) até dois salários (R\$ 2.200). Trata-se de um dinheiro que é retirado do próprio assalariado, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A medida visa a retirar o abono salarial, e usar o dinheiro para reajustar o Bolsa-Família. Portanto, quer arrancar o cobertor de milhões de trabalhadores, para supostamente cobrir os outros milhões que vivem do Bolsa-Família. Uma manobra que procura dividir os pobres e famintos. Portanto, um golpe sobre 23 milhões de trabalhadores com carteira assinada. E um possível troca-do-a-mais, no miserável valor do Bolsa-Família.

Depois de lamentar a decisão de Bolsonaro, a direção da CUT começou a acalmar os trabalhadores. Disse que, caso o governo “*acabe com o abono salarial, não há interferência no saque das cotas dos valores que restam nas contas do extinto Fundo PIS/PASEP. Os dois benefícios não têm mais a mesma origem*”. Completou que Bolsonaro, no ano passado, por meio da MP 946, há havia acabado com o PIS/PASEP. E quem não sacou ainda suas cotas, poderá sacar até 2025.

A burocracia sindical trata as medidas que cortam direitos como coisas distintas. E recomenda calma para os que têm dinheiro a sacar, tanto do abono salarial, quanto do PIS/PASEP. O governo golpeia, e a burocracia sindical injeta doses de calmante, para conter o descontentamento dos trabalhadores. Por fim, acena com a velha armadilha de que, para acabar com o abono, é preciso que o Congresso Nacional aprove, porque é uma medida constitucional. Como se o Congresso Nacional não fosse um antro de bolsonaristas, que dá suporte à política direitista de Bolsonaro e Guedes.

A derrubada de mais uma medida antitrabalhadora tem de ser nas ruas. O implica convocar as assembleias presenciais, e organizar o movimento de operários e dos demais trabalhadores para derrotar mais esse golpe bolsonarista.

### RESPONDER À BRUTAL ELEVação DO CUSTO DE VIDA COM OS MÉTODOS DA CLASSE OPERÁRIA

A crise econômica e pandêmica continua a afetar a vida da maioria dos trabalhadores. Um ano depois do Covid-19 ter aportado no Brasil, os estragos são imensos. São 14,8 milhões de desempregados, 6 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego, e 33,2 milhões de trabalhadores subutilizados (trabalham menos horas que poderiam). Sem contar o número de mortos, mais de 500 mil, que são os pobres que não conseguem se proteger o vírus.

Essa situação é agravada pela alta da inflação. Está tudo mais caro para os assalariados. O mês de maio teve a maior alta da inflação, em 25 anos. Em 12 meses, a alta foi de 8,06% (IPCA). Isso impactou os produtos de primeira necessidade dos trabalhadores: a energia elétrica subiu 5,37%; o botijão de gás é vendido a R\$ 100,00, em média; a gasolina está em média R\$ 5,70, o litro; a cesta-básica chegou a R\$ 636,40, e a carne subiu 38%.

O maior desespero dos trabalhadores é a fome. São 40 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza, ou seja, com R\$ 89,00 mensais. São 125 milhões de pessoas que não comeram em quantidade e qualidade suficientes, durante a Pandemia.

Enquanto a fome e a miséria se alastram, o governo e Congresso Nacional continuam avançando com as privatizações e eliminação de direitos trabalhistas. Com a privatização da Eletrobrás, haverá um aumento significativo da energia elétrica. Com a venda da Petrobrás, o valor do combustível saltará às nuvens. Todos os outros produtos de primeira necessidade serão impactados com essas privatizações.

A única forma de responder à elevação do custo de vida, ao desemprego, aos baixos salários e à venda das estatais é a luta coletiva. Está aí por que as manifestações de rua devem ser organizadas sob as reivindicações vitais dos explorados. Que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais, e constituam os comitês de luta, para que a classe operária e os demais explorados ganhem as ruas, em defesa de um plano próprio emergencial de combate à fome e à miséria.



## **Pernambuco**

# **Reforma da Previdência do PSB em Recife é parte da Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes – Erguer a luta nacional dos explorados pelo direito de se aposentar, empregos, salário e vacina para todos!**

A reforma da Previdência do município de Recife/PE está quase concluída. Deixará o ônus de: aumento no tempo de aposentadoria; aumento no percentual de contribuição (de 12,82% para 14%); vínculo do teto do regime previdenciário municipal ao teto do regime geral; abertura de um plano de demissão voluntária para os trabalhadores CLTs das empresas municipais. Algumas medidas são impostas para a cidade continuar recebendo recursos da União, e aval para realizar operações de crédito. Além da pressão da legislação federal, o PSB argumenta que, com a Covid-19, há uma crise fiscal e, com a Reforma, se espera a economia de R\$ 1,5 bilhão, nos próximos 20 anos, fazendo uma campanha de possibilidade de ganhos para a cidade. Ou seja, a mesma falácia de Bolsonaro/Guedes, na implementação da Reforma da Previdência, em 2019.

***É preciso erguer um poderoso movimento pela revogação de todas essas contrarreformas trabalhistas e previdenciárias. Pela unidade dos explorados, é preciso retomar as assembleias e plenárias presenciais, que construam os comitês de luta.***

A proposta, que apareceu em 7 de junho, teve tramitação acelerada, sendo aprovada na Câmara dos Vereadores em duas semanas. Os servidores fizeram atos na frente da prefeitura, desde o dia 8 de junho, montaram um acampamento e, inclusive, queimaram pneus, no ato no dia da votação, 21 de junho. Não houve assembleias e comitês presenciais para massificar e unificar a luta. Os sindicatos mantiveram as assembleias virtuais e a campanha aos sindicalizados, para pressionarem os vereadores por meios virtuais. Esse foi o conteúdo da política dos que se opuseram, como a CUT e CSP-Conlutas (por meio do sindicato dos professores municipais, Simpere). O PSOL apostou, junto ao PT, em ter no ato uma pressão a favor das emendas apresentadas por seus vereadores. O balanço do PSOL acusa o autoritarismo do PSB, e diz que era possível debater “esta reforma de outra forma”. E se vangloria da resistência de seus parlamentares, lamentando não haver mais

vagas ocupadas por eles.

As direções repetem as mesmas táticas que levaram as massas à derrota com a aprovação das contrarreformas trabalhista e da Previdência. Repetiram a tática de seguidismo do calendário parlamentar na luta contra a aprovação da Reforma da Previdência, em 2019, quando se limitavam a pressionar a votação, e encerrar o ato com a lamentação de não organização das massas para impedir a implantação das medidas. O reformismo do PSOL/PT repete no município a conversa fiada de debater a reforma, com o intuito de introduzir emendas para minimizar os efeitos de uma contrarreforma que claramente só tem o interesse de reduzir as aposentadorias, elevar o tempo de trabalho e valor das contribuições. Assim, evidenciam que não têm interesse de derrotar a Reforma da Previdência de João Campos/PSB nas

ruas. Admitem que é parte da Reforma da Previdência do governo federal, porém, não são consequentes na organização da unidade dos servidores com as demais categorias, em defesa do direito à aposentadoria.

Para derrotar João Campos/PSB, é necessária completa ruptura da passividade e organização unificada de todos os explorados contra a implantação da contrarreforma da Previdência. Vários governadores e prefeitos já conseguiram aprovar suas reformas da Previdência, inclusive políticos do PT. Não podemos restringir esta luta ao funcionalismo, enquanto a maioria já amarga, tendo de trabalhar mais. É preciso erguer um poderoso movimento pela revogação de todas essas contrarreformas trabalhistas e previdenciárias. Pela unidade dos explorados, é preciso retomar as assembleias e plenárias presenciais, que construam os comitês de luta. Convocar urgentemente os dias nacionais de mobilização, com paralisação da produção, piquetes e bloqueios de avenidas. Que a disposição de luta das massas, de 29/05 e 19/06, seja direcionada para a luta pelos empregos, salários, direitos (como da aposentadoria) e vacina para todos, começando por pobres e miseráveis.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



**R\$35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

## Polícia Militar cerca Heliópolis e executa jovem

Com base no desaparecimento de um soldado da Polícia Militar, na região de Heliópolis, na cidade de São Paulo, em 30 de maio, as forças de repressão da burguesia cercaram a favela, com centenas de policiais, e passaram a aterrorizar moradores, invadindo lares e comércios, mostrando que não deixariam o sumiço de um dos seus comparsas passar batido.

A operação mobilizou o blindado israelense da Tropa de Choque, além da cavalaria, cães farejadores, helicópteros, e dezenas de viatura. Tamanho aparato de guerra obteve o feito de encontrar o policial enterrado. Só o fez, porém, amedrontando a população, se apoiando na mídia burguesa sensacionalista, assassinando pobres, confiscando equipamentos, fechando locais de trabalho, e realizando represálias.

No dia 3 de junho, um jovem foi executado pela polícia, quando estava dentro de casa dormindo. Apesar das mentiras inventadas pelos aparelhos da burguesia, o caso ganhou repercussão no movimento de luta contra a violência policial. A Rede de Proteção

*É fundamental que as direções sindicais e políticas lancem uma campanha contra a violência policial nas favelas. Responsabilizem os governantes pela ação truculenta dos aparatos militares contra os moradores. E trabalhem pela organização desses milhares de explorados, que vivem cotidianamente as duras consequências da crise econômica e pandêmica, constituindo os comitês de luta por empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação de todos e contra a violência policial.*

e Resistência ao Genocídio chamou um ato em frente à Igreja Santa Edwiges, no dia 12 de junho. Porém, ao chegarmos no local, deparamos com o fato de que nem os organizadores foram à manifestação – pelo menos, não chegaram no horário marcado. Esse ato contra a violência policial era extremamente necessário, mas não ocorreu, devido à política dos organizadores, que sequer se dispuseram a

se reunir com a associação de moradores, a UNAS.

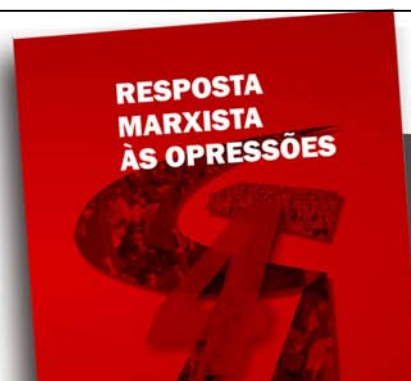
A UNAS, por sua vez, ficou completamente calada durante todo esse processo. Não soltou uma nota. Não estendeu uma faixa. Era fundamental responder esse processo prontamente, mobilizando os moradores para denunciar a repressão. Ao não fazer isso, na prática, deixou o caminho livre para as polícias. Não é à toa que, logo em seguida, em Paraisópolis, a polícia ameaçou repetir o terror feito em Heliópolis, quando buscavam por duas jovens, cujos corpos foram desenterrados e localizados.

É fundamental que as direções sindicais e políticas lancem uma campanha contra a violência policial nas favelas. Responsabilizem os governantes pela ação truculenta dos aparatos militares contra os moradores. E trabalhem pela organização desses milhares de explorados, que vivem cotidianamente as duras consequências da crise econômica e pandêmica, constituindo os comitês de luta por empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação de todos e contra a violência policial.

**Publicado o livro:**

### **RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES**

**As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social.** As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)

## Reforma Administrativa

# Um ataque ao funcionalismo público

Depois de aprovar a Emenda do Teto dos Gastos (EC-95) e as reformas trabalhista e da Previdência, governo e Congresso Nacional lançam uma investida contra o funcionalismo público, por meio da reforma administrativa (PEC-32). Essa PEC, apresentada em 2020, corta na carne antigas conquistas dos servidores. Entre elas: a) proíbe férias em período superior a trinta dias durante um ano; b) elimina adicionais por tempo de serviço; c) acaba com a licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença, decorrente de tempo de serviço; e) reduz jornada com redução salarial; f) põe fim à progressão ou promoção, baseada exclusivamente em tempo de serviço. E, fundamentalmente, coloca fim à estabilidade no emprego, igualando o servidor aos demais trabalhadores da iniciativa privada.

*(...) essa contrarreforma permitirá aos governantes diminuir os salários, liquidarem direitos e demitirem arbitrariamente. A alta burocracia fica à margem da reforma administrativa, porque faz parte da estrutura governamental (executivo, legislativo, judiciário e Forças Armadas), que constitui o núcleo orgânico da ditadura de classe da burguesia. Enquanto a maioria é prestadora de serviços ao Estado.*

A reforma administrativa não é um ataque que atinge a totalidade dos servidores, mas sim à maioria, que é superexplorada, recebe salários irrisórios, e está há anos com os vencimentos congelados. A reforma deixa fora uma minoria, que ganha altos salários, acrescidos de volumosos benefícios, provenientes dos cargos que ocupam. Essa casta é constituída de juízes, promotores, desembargadores, ministros e alta cúpula das Forças Armadas e da Polícia.

É sobre a grande maioria do funcionalismo, portanto, que pesará a reforma administrativa. Dados indicam que, dos 11,5 milhões de vínculos de trabalho no funcionalismo público, nas três esferas (federal, estadual e municipal), metade dos servidores do país ganhava em média R\$ 2.727,00. Ocorre que, desse total de servidores, 6,51 milhões estão nos municípios, onde os salários são em média R\$ 1.566,00, quase que o salário mínimo de fome do governo (R\$ 1.100,00).

A propaganda governamental e da grande imprensa – de que o funcionalismo tem privilégios, e que a reforma administrativa vem para eliminar as disparidades entre os trabalhadores dos serviços públicos e os da iniciativa privada – visa a ganhar boa parcela da população. Na realidade, conserva os privilégios da alta burocracia, e destrói antigas conquistas da maioria dos servidores. Há tempo que a burguesia exige dos governos o fim da estabilidade, um dos alvos principais da reforma administrativa. Com a legislação que facultou a terceirização no setor privado, para ser estendida ao setor público,

é preciso acabar com o antigo regime estatutário, que prevê o ingresso por concurso público e estabilidade.

A essência da reforma é de circunscrever as funções de Estado apenas para a alta burocracia, as demais funções perdem o estatuto de funcionário do Estado, podendo ser contratadas de forma precária, e amplamente terceirizadas. Assim, essa contrarreforma permitirá aos governantes diminuir os salários, liquidarem direitos e demitirem arbitrariamente. A alta burocracia fica à margem da reforma administrativa, porque faz parte da estrutura governamental (executivo, legislativo, judiciário e Forças Armadas), que constitui o núcleo orgânico da ditadura de classe da burguesia. Enquanto a maioria é prestadora de serviços ao Estado.

## Armadilhas do governo

Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional, alegando a crise sanitária e a necessidade de aprovar o auxílio emergencial, impuseram a PEC 186, que ficou conhecida como PEC Emergencial. O objetivo foi o de reduzir a importância de áreas, como Saúde e Educação, ampliar as privatizações, e responsabilizar a maioria do funcionalismo pelo déficit fiscal, ocultando assim o gigantesco peso da dívida pública no Orçamento. Essa PEC, que passou a ser a Emenda Constitucional nº 109, reduziu o valor, que era irrisório, e a quantidade de pessoas do auxílio emergencial, e aplainou o terreno para a aprovação da PEC 32, a reforma administrativa. Portanto, as PECs 186 e 109 se ajustam à reforma administrativa (PEC 32).

## Acordos que favorecem a aprovação da reforma administrativa

Em fevereiro, foi apresentada uma proposta de Emenda Constitucional (PEC 186), que acabou provocando reação, particularmente dos sindicatos vinculados à Educação e à Saúde, e das centrais sindicais. Essa reação negativa impactou sobre a bancada de parlamentares, que depende dos votos do funcionalismo. Isso, porque propunha: 1) a desvinculação das verbas para esses dois setores, portanto o montante previsto na Constituição destinado a essas áreas essenciais; 2) o fim do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); 3) a eliminação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A retirada desses três pontos conflituosos resultou na PEC-109.

A essência da reforma administrativa ficou mantida, que é a de reduzir os gastos públicos sociais, nas três esferas de governo. Ampliar o poder dos governantes de cortar recursos, ainda que se mantenha a vinculação de verbas à Educação e Saúde, conforme determinada a Constituição. Trata-se de impor instrumentos mais poderosos do que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criada por Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Pela LRF, os governantes estavam amparados por três regras básicas: 1) limites para os gastos com o funcionalismo da ativa, aposentados e pensionistas. Um dos objetivos era o de expan-



dir a previdência complementar e criar um teto, nos moldes do INSS. Estipulou uma porcentagem da Receita Corrente Líquida (União, até 50% da RCL, e para estados e municípios, 60%); 2) proibição de aumento de gastos de pessoal, nos 180 dias que antecedem às eleições. Como, no Brasil, há eleições a cada dois anos, os governos usavam a LRF para impor congelamentos salariais; 3) manteve a proibição de utilizar os recursos vinculados a uma área, como Educação ou Saúde, para outra área ou a outros objetivos. Essas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, que parecem gerais, na realidade, serviram apenas para atacar a massa do funcionalismo, o núcleo duro da burocracia do Estado nunca foi atingido.

O objetivo de Bolsonaro e Guedes não é questionar a LRF, mas sim questionar a vinculação de verbas, principalmente da Educação (18%) e Saúde (14%). A desvinculação flexibilizaria o manejo do Orçamento. O governo avalia que não pode cumprir o montante estipulado para a Educação e Saúde. De outro, para cumprir a LRF, é preciso impor um brutal arrocho ao funcionalismo, proibindo reposição salarial, retirando direitos e diminuindo o número de funcionários, e aumentando a carga de trabalho. Mas, para facilitar a votação no Congresso Nacional, tiveram de abrir mão, temporariamente, da quebra de vinculações de verbas. Em contrapartida, os parlamentares vêm concordando com a eliminação das poucas conquistas da maioria dos servidores. Uma vez que a reforma administrativa seja aprovada, fica mais fácil acabar com as vinculações orçamentárias.

Nota-se que a reforma administrativa, que vinha sendo implantada por partes, desde 2000, com a LRF, visa a ampliar o montante de recursos destinado ao pagamento da dívida pública, que consome metade de tudo que o Estado arrecada. Para isso, a reforma precisa ir fundo sobre a maioria do funcionalismo, e ampliar as privatizações ou outras formas similares, como as parcerias público-privadas.

## Governo e Congresso Nacional dão mais um passo

A emenda constitucional estabelece proibições quando as despesas alcançarem o patamar de 85% ou 95% das receitas, como: 1) aumento, reajuste ou adequação de remuneração; 2) criar cargos ou funções que elevam as despesas; 3) realizar concursos públicos; 4) conceder bônus, abonos e gratificações. Como boa parte dos estados e municípios está falida, as proibições podem representar um alívio temporário para os governantes, que dependem da implantação de tais proibições para continuarem recebendo os repasses da União. Vale lembrar que, em um de seus artigos, amplia o direito dos governantes contratarem funcionários temporários, com salários e direitos menores que os que exercem a mesma função. E reforça a meritocracia (avaliação por desempenho), como arma para pôr fim à estabilidade do funcionalismo.

Apesar dos conflitos entre Bolsonaro e governadores, tendo à frente Doria, quanto à condução da Pandemia, no que se refere à reforma administrativa, há um grande conluio. A crise econômica, que vem desde 2015, e a longa crise sanitária, contribuíram para as quebras de estados e municípios. Estes dependem dos repasses da União, de medidas privatizantes e de cortes de recursos de áreas essenciais. Por cima de todos, há as exigências do capital financeiro, de reformas para dotar o Estado Nacional de capacidade para continuar arcando com o endividamento público.

## Direções sindicais se limitam às denúncias dos efeitos negativos

No início de junho, a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), PT, esteve no ato dos servidores públicos, que encaminhou ao Congresso Nacional um abaixo-assinado, reivindicando a suspensão da tramitação da reforma administrativa, enquanto durasse a Pandemia. No ato, foram feitas várias intervenções, mostrando

que a PEC-32 retira conquistas dos servidores, e mantém de fora juízes, militares, portanto, a casta privilegiada. Fizeram chantagens, em palavras aos deputados que votassem a favor da PEC, como cúmplices do assassinato de milhares de pessoas. E levantaram a bandeira do “Fora Bolsonaro”. Como se vê, não se trata de uma luta para derrubar a reforma, mas sim de adiá-la temporariamente. Essas milhares de assinaturas mostraram a impotência das direções.

As centrais, sindicatos e Fóruns de Servidores, por sua vez, fizeram lives, e colocaram em seus materiais de propaganda a rejeição à reforma administrativa. No entanto, mantiveram a política da passividade, ao rejeitar a organização de milhões de funcionários públicos para derrotar a investida do governo.

## Posição da Corrente Proletária

A maioria do funcionalismo público constitui uma força social poderosa para pôr abaixo a reforma administrativa. No entanto, se encontra fragmentada pela política corporativa de suas direções. Agravada pela submissão à política burguesa do isolamento social, que confinou milhões de servidores ao “fique em casa”. Sem que se rompa a passividade, que se convoquem as assembleias presenciais e se aprovem manifestações nacionais, não é possível derrubar mais essa contrarreforma. A reforma administrativa faz parte das contrarreformas do governo e Congresso Nacional. A sua derrubada implica também a luta pela anulação das reformas trabalhista e previdenciária. Daí a importância das centrais e sindicatos organizarem um movimento nacional, com paralisações, manifestações de ruas e bloqueios. Para isso, é preciso constituir uma frente única, para pôr abaixo as contrarreformas, com os métodos de luta dos explorados.

***A maioria do funcionalismo público constitui uma força social poderosa para pôr abaixo a reforma administrativa. No entanto, se encontra fragmentada pela política corporativa de suas direções. Agravada pela submissão à política burguesa do isolamento social, que confinou milhões de servidores ao “fique em casa”. Sem que se rompa a passividade, que se convoquem as assembleias presenciais e se aprovem manifestações nacionais, não é possível derrubar mais essa contrarreforma.***

# Finalmente os capitalistas conseguiram a privatização da Eletrobrás

**Bolsonaro e seus lacaios do Congresso Nacional avançam a desestatização  
O que fizeram as centrais, sindicatos e oposição parlamentar?**

22 de junho de 2021

A Câmara de Deputados selou a quebra do controle acionário da Eletrobrás pelo Estado. O Congresso Nacional assumiu a responsabilidade de entregar 60% das ações da empresa aos capitalistas. Inverteu-se a ordem dos valores. Evidentemente, o gigantesco sistema elétrico já estava semiprivatizado, com o controle de 40% das ações pelo capital financeiro. Bolsonaro/Guedes e a maioria parlamentar completaram o entreguismo.

O voto contrário da oposição foi para livrar a cara. Primeiro, votaram-se algumas emendas de interesse dos deputados e senadores, que estavam pela privatização e depois votaram contra o projeto. De maneira que, no Senado, foram 42 votos a favor, e 37 contra; na Câmara, 258 e 136, respectivamente. Os votos de oposição a favor das emendas serviram para sedimentar o voto dos privatistas no projeto.

Os lacaios do capital financeiro levaram a discussão até o penúltimo dia do prazo limite de votação da Medida Provisória. O período de confabulação e negociações nos porões do Congresso Nacional e do Executivo se passou sem que houvesse uma resposta das centrais, sindicatos e movimentos. As manifestações organizadas pelos sindicatos dos eletricitários foram para “inglês ver”.

O fato mais importante não é a privatização em si, uma vez que é consequência da submissão da burguesia nacional ao imperialismo, do crescimento do poder do capital financeiro interno, e do comprometimento do Tesouro Nacional com a gigantesca dívida pública; mas sim a passividade dos sindicatos burocratizados e corporativizados, que fragmentam e desfiguram o movimento operário. Estamos diante da estatização dos sindicatos, e da política de desestatização das empresas e serviços públicos. Não são contraditórios. A estatização dos sindicatos corresponde ao processo correlato dos interesses gerais e particulares da burguesia e de determinados grupos econômicos monopolistas. As direções das centrais e sindicatos, em sua esmagadora maioria, devem ser responsabilizadas pela privatização definitiva da Eletrobrás e pelo avanço do plano de desestatização e desnacionalização, arquitetado e praticado desde o fim da ditadura militar.

O primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Mello, definiu o caminho. Fernando Henrique Cardoso, PSDB, desencadeou uma ampla investida desestatizante e desnacionalizante.

Em seguida, o governo Lula, declarado antineoliberal, se mostrou incapaz de reverter as privatizações, criando seu programa de colaboração público-privado, deixando, assim, o caminho aberto para o avanço da desnacionalização. Dilma Rousseff manteve a linha. O governo golpista de Temer retomou o programa de Fernando Henrique Cardoso, visando principalmente à Petrobrás e às reservas petrolíferas E, agora, Bolsonaro presenteia os abutres com a Eletrobrás. Está previsto presentear os Correios.

Observando em escala histórica, constata-se a reversão das obras do nacionalismo burguês do governo bonapartista de Getúlio Vargas e do nacionalismo militar do regime ditatorial, instalado com o golpe de 1964, principalmente do governo do general Ernesto Geisel. Uma das exigências do imperialismo,

para que se encerrasse o ciclo da ditadura e se retomasse a democracia constitucional, formal, foi a de reverter a ampla estatização de ramos caros aos interesses dos monopólios. Tornou-se insustentável o tripé da política militar de combinar o desenvolvimento nacional, apoiado em áreas definidas pelo capital privado nacional, estatal e estrangeiro (imperialista).

A própria criação da Eletrobrás sofreu enorme resistência dos setores pró-imperialistas, tanto é que foi concebida por Getúlio Vargas em 1954; Jânio Quadros, em 1961, conseguiu a sua aprovação; e somente em 1962, no governo de João Goulart, foi viabilizada, cabendo ao regime militar potencializá-la como fator de desenvolvimento nacional. Nos anos de 1990, a estatal sofreu um primeiro

ataque privatista. Passou a constar no Programa Nacional de Desestatização, sendo retirada no governo Lula. Foi questão de tempo e de circunstância política para que, no governo Temer, voltasse a ser incluída no projeto de desestatização.

O período de vigência do nacionalismo burguês se esgotou com os estertores do estatismo militar da ditadura. A democratização, iniciada com o governo de José Sarney, em 1985, abriu passagem para o desmonte da orientação do nacionalismo e do trabalhismo, que teve seu auge de 1930 a 1950. Pode-se dizer que, de maneira geral, correspondeu a um período de reformas nacionalistas, que refletiram o desenvolvimento das forças produtivas industriais.

A energia, siderurgia, transporte e comunicação estão na

***Os lacaios do capital financeiro levaram a discussão até o penúltimo dia do prazo limite de votação da Medida Provisória. O período de confabulação e negociações nos porões do Congresso Nacional e do Executivo se passou sem que houvesse uma resposta das centrais, sindicatos e movimentos. As manifestações organizadas pelos sindicatos dos eletricitários foram para “inglês ver”.***

base do capitalismo industrial. Nos países semicoloniais, como o Brasil, a estatização e a organização dessas atividades serviram ao desenvolvimento nacional. Certamente, o imperialismo nunca deixou de interferir e orientar o curso das forças produtivas nas semicolônias, no sentido de seus interesses mundiais. É o que demonstra a ofensiva dos monopólios, já no governo de Juscelino Kubistchek, durante os anos de 1956 a 1961. O estatismo não esteve em contradição com a penetração do imperialismo nos ramos fundamentais da produção, embora não deixasse de provocar atritos no plano da política econômica, e divisões interburguesas. A Petrobrás, em nenhum momento, foi aceita pelos Estados Unidos, que passaram a controlar o petróleo, em grande escala, depois da Segunda Guerra Mundial. O governo Geisel enfrentou forte resistência, ao fazer incursão no âmbito da energia nuclear. Uma vez alcançado um nível de estruturação da economia nacional e, sobretudo, garantido o funcionamento do mercado interno, necessários para as inversões externas e a sedimentação do parasitismo financeiro, o estatismo passou a ser francamente contraditório com os interesses do imperialismo.

Na década de 1970, o capitalismo mundial deixou transparecer o seu total esgotamento do período de reconstrução do pós-guerra. A incompatibilidade e os choques das forças produtivas com as relações monopolistas de produção e o soerguimento dos obstáculos das fronteiras nacionais, que pareciam superados com a partilha do mundo, precipitou uma onda de crise sobre crise. As enormes dívidas públicas reduziram as margens de intervenção do Estado na economia, e recaíram pesadamente sobre as forças produtivas nacionais. O estancamento, o baixo crescimento e a recessão conduziram e conduzem às quebras econômicas, à desindustrialização, ao avanço do parasitismo e à mutilação da força de trabalho.

A política econômica dos governos nas semicolônias - no Brasil é exasperante - passou a depender inteiramente das condições ditadas pelos credores da dívida pública. As privatizações, portanto, estão inteiramente à mercê do parasitismo financeiro e das necessidades dos monopólios, de manter sua taxa média de lucro, que tende a cair. Trata-se da entrega de um patrimônio nacional, construído a duras penas, e edificado sobre a base de uma brutal exploração do trabalho, a grupos que não podem aplicar seu capital acumulado no desenvolvimento das forças produtivas.

É preciso ter claro também que as privatizações fazem parte de uma ofensiva mais geral da burguesia, que necessita das

contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa. A discussão entre os capitalistas, o governo e os parlamentares sobre as emendas (chamadas de "jabotis") tão-somente indica que podem mentir e polemizar livremente, sabendo que a classe operária está alheia ao entreguismo pró-imperialista. Não é preciso nenhum cálculo para saber que as tarifas, já altas, vão subir. Trata-se de uma lei econômica do capitalismo parasitário e em decomposição.

A próxima privatização será a dos Correios, já está no gatilho. A CUT soltou uma nota condenando a privatização da Eletrobrás, mas não tem como disfarçar a demagogia e o obje-

***Esse ataque vitorioso do grande capital - sem a resistência das massas - à economia nacional não deve levar à prostração. A luta pela reestatização e abolição das contrarreformas ganhará nova projeção, com um conteúdo distinto daquele impresso pelo nacionalismo burguês. Faz parte da luta anti-imperialista, que somente o proletariado pode tomar a frente e unificar a maioria oprimida contra a burguesia e os governantes entreguistas.***

tivo de livrar a cara dos deputados e senadores petistas e aliados, que comodamente puderam votar contra. Sem a classe operária organizada, partindo da mobilização dos eletricitários, não havia como derrotar Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional.

Esse ataque vitorioso do grande capital - sem a resistência das massas - à economia nacional não deve levar à prostração. A luta pela reestatização e abolição das contrarreformas ganhará nova projeção, com um conteúdo distinto daquele impresso pelo nacionalismo burguês. Faz parte da luta anti-imperialista, que somente o proletariado pode tomar a frente e unificar a maioria oprimida contra a burguesia e os governantes entreguistas.

O programa que responde à desnacionalização é o da expropriação revolucionária do grande capital e estatização, sob a condução de um governo operário e camponês. A luta pela independência nacional exige a quebra do domínio imperialista, por meio da revolução proletária.

***Abaixo a privatização da Eletrobrás!***

***Pela reestatização de todas as empresas privatizadas, sob o controle operário da produção!***

***Organizar a luta anti-imperialista, sob a direção do proletariado!***





**Nesta edição:**

- **Bolívia:** 86 anos de fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (junho de 1935 – junho de 2021).
- **Bolívia:** A experiência boliviana - Guillermo Lora.
- **Argentina:** Em meio à Pandemia, que já vitimou 85 mil vidas, avança o desemprego, a precarização do trabalho, a pobreza e o retrocesso do poder aquisitivo / 20 anos de Zanon – Parte 2.
- **Notas Internacionais:** Israel - Eleito um novo governo sionista / Realizadas as eleições presidenciais no Irã.
- *Debate sobre a situação política internacional e nacional.*
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

**Artigos das Seções**  
**Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**



**POR - Bolívia**

# 86 anos de fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (junho de 1935 – junho de 2021)

Nestes 86 anos da fundação do POR na Bolívia, publicamos duas partes conclusivas do folheto “Acerca da Burguesia Nacional”. São elas: “A experiência boliviana” e “O problema nacional na história do POR”. Os pontos anteriores são: “I. Problema estratégico e não simplesmente tático”; “II. Diferenciar a burguesia nacional da imperialista”; “III. Os movimentos nacionalistas”; “IV. A conduta diante dos governos nacionalistas”. Esse folheto faz parte do livro “Estudos histórico-político sobre a Bolívia”, de 1978.

As formulações desenvolvidas por Guillermo Lora têm como centro a revolução de 1952. Nota-se uma rigorosa fundamentação marxista sobre a questão nacional, tendo como principais experiências as revoluções Russa e a Chinesa. Recorre às explicações e à teorização realizadas por Lênin e Trotsky. Tem importância particular, a posição programática da III Internacional, desenvolvida principalmente no seu IV Congresso, com as Teses Gerais sobre a Questão do Oriente, onde está formulada a tática da frente única anti-imperialista, a ser aplicada nos países coloniais e semicoloniais.

O folheto “Acerca da Burguesia Nacional” esclarece muitos aspectos da Revolução de 1952 e da polêmica que as correntes que se reivindicam do trotskismo travaram contra o POR. Essas correntes se aproveitam do desconhecimento do percurso do POR, em meio à tormenta revolucionária e à constituição do governo nacionalista do MNR, para afirmarem que o POR se afastou do trotskismo. Estabelecem uma confusão, ao não separarem claramente a influência dos revisionistas do programa da IV Internacional – chefiados pela fração pablista –, nos acontecimentos acidentados da Revolução, da linha marxista-leninista-trotskista, encarnada pela direção de Guillermo Lora.



**Os críticos do POR não foram capazes de analisar e entender o fenômeno do nacionalismo burguês na Bolívia, com seu anti-imperialismo e sua ala esquerda tendo exercido uma poderosa influência e canalização política da revolta operária e camponesa.**

Os críticos do POR não foram capazes de analisar e entender o fenômeno do nacionalismo burguês na Bolívia, com seu anti-imperialismo e sua ala esquerda tendo exercido uma poderosa influência e canalização política da revolta operária e camponesa. Eis por que gastaram rios de tinta para armar uma artificiosa caracterização do POR como menchevique, ocultando assim, em suas explicações, a relação entre a tática e a estratégia marxista, diante das condições em que o nacionalismo burguês se mostra capaz de confundir as massas e submetê-las. Não foram capazes de observar a importante luta do POR no interior do proletariado mineiro e da Central Operária Boliviana, para separar as massas da condução ditada pelo nacionalismo (MNR), e dar seguimento à transformação da revolução democrática em revolução socialista. Ao contrário do que pregam as mais distintas variantes do centrismo, encapuçados de trotskismo, o acerto da linha do POR, sob a direção de Lora, contraposta ao revisionismo pablista, temperou o Partido e impulsionou o seu programa.

Esse percurso revolucionário das massas, que concluiu com o nacionalismo restabelecendo o poder da burguesia e o domínio do imperialismo, comprovou na prática a impossibilidade da revolução democrática no país semicolonial resolver a tarefa de independência nacional. Foi também uma experiência taxativa para desmascarar o estalinismo, cuja intervenção se baseou na tese da impossibilidade da revolução proletária nas semicolônias. A linha marxista-leninista-trotskista teve de enfrentar o nacionalismo burguês e o sabujo estalinismo, no combate pela independência política do proletariado, condição essencial para a revolução social. Mas teve também de derrotar internamente a posição dos pa-

blistas – esses sim mencheviques–, que organizaram uma fração liquidacionista do POR.

Nestes 86 anos, é necessário identificar as Teses de Pulacayo de 1946, aprovadas pelo Congresso mineiro da Federação Sindical dos Trabalhadores de Mineração da Bolívia, como um marco da construção do POR. A partir dele, o partido se soldou definitivamente com o proletariado, classe revolucionária por excelência. Anos depois, na Revolução de 1952, esse marco guiaria o partido no combate ao nacionalismo, que alcançou grande ascendência entre os próprios mineiros, sob a liderança do traidor Juan Lechin. Sob a contrarrevolução, o POR se fortaleceu, justamente porque suas teses sobre o nacionalismo e a sua prática proletária foram se confirmando pelos acontecimentos. Em 1971, a constituição da Assembleia Popular resultou do desmascaramento do nacionalismo burguês e do avanço da luta independente do proletariado. Foi preciso um golpe fascista para evitar que a Assembleia Popular se potenciasse como um organismo de duplo poder, e restabelecesse os elos da revolução democrática interrompida, sob a forma e conteúdo da revolução proletária. A etapa de 1946 a 1971 foi decisiva na consolidação do programa do POR, em cuja base está o Programa de Transição da IV Internacional. Esse período

de consolidação garantiu a continuidade do POR como uma força programática, voltada à superação da crise de direção, que consiste em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

O trabalho de Lora para constituir o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional e as vigorosas formulações sobre as condições para avançar o trabalho de recuperação do terreno perdido pelo internacionalismo, com a destruição estalinista da III Internacional e com a desintegração da IV Internacional sob a ação dos revisionistas, é parte essencial dos 86 anos de luta revolucionária do POR.

O Partido Operário Revolucionário no Brasil, seção do Comitê de Enlace, se vem esforçando para cumprir um dos objetivos obrigatórios da luta pela superação da crise de direção, que é o de propagação, explicação e defesa das conquistas marxistas-leninistas-trotskistas do POR da Bolívia. Nos 12 anos do falecimento de Guillermo Lora, publicamos um número especial do jornal Massas, dedicado ao internacionalismo e as tarefas de reconstrução da IV Internacional. Agora, publicamos parte do folheto “Acerca da Burguesia Nacional”.

***Viva os 86 anos da fundação do POR!***

*Pelo Comitê Central do POR, Atilio de Castro*

## A experiência boliviana

*Guillermo Lora*

1. O alto nível político com que se produziu a mobilização das massas bolivianas é consequência, além de outras circunstâncias, de que essas amadureceram na experiência do desenvolvimento integral do nacionalismo de conteúdo burguês. O ciclo nacionalista se iniciou em abril de 1952, e se prolongou até os regimes militares (democratizantes e fascizantes). O maior protagonista dessa história é, indiscutivelmente, o partido pequeno burguês MNR; os regimes castrenses nasceram da exacerbação das tendências direitistas, que já se moviam poderosamente em seu seio.

O proletariado começou sendo mobilizado e organizado pelo MNR, deu seus primeiros passos sob sua tutela. Nem bem se incorporou e alcançou sua própria personalidade, tendeu a se sobrepor aos estreitos limites do nacionalismo, e caminhou firmemente para materializar sua própria estratégia. A experiência da classe operária se pôde sintetizar do seguinte modo: independência de classe, estratégia própria do proletariado (governo próprio por meio da derrota política do nacionalismo, como a única forma de arrancar pela raiz o perigo do fascismo); luta por se tornar dirigente nacional, o que pressupõe uma agudização da luta de classes, pois, se trata de arrancar as massas do controle ideológico e organizativo que sobre elas exercem os partidos políticos das outras classes; organização e fortalecimento do partido da classe revolucionária. Tal é a expressão política da experiência do proletariado. Simultaneamente, desencadeou-se a luta pelo aperfeiçoamento do programa partidário. Este, que resulta da experiência diária, confirma tudo o que afirmamos anteriormente.

2. Em 1952, chega o poder o partido pequeno-burguês, utilizando uma linguagem anti-imperialista belicosa. Sob a pressão das massas, que então se apoderavam das ruas e das armas, muitas vezes, esse partido se limitava a repetir mecanicamente o que

estas lhe ditavam de maneira por demais impositiva. Enquanto se esforçava por satisfazer os explorados, e adormecê-los com seus demagógicos protestos de adesão aos princípios revolucionários, sorrateira e clandestinamente, procura entender-se com o imperialismo. Sabe, perfeitamente, que a reação interna verá minimizadas suas possibilidades, assim que o imperialismo estenda uma das mãos ao então ensoberbecido MNR.

As medidas que um governo nacionalista adota, sempre sob a poderosa pressão das massas, não podem confundir-se com as soluções que o proletariado propõe, o que ocorre é que as consignas levantadas por ele são preenchidas pela pequena burguesia, de conteúdo burguês, procurando assim que se acomodem à revolução puramente democrática (nacionalização do tipo burguês, com indenização e, praticamente, marginalizando dela a classe operária; reforma agrária que põe a salvo parte da terra do latifundiário, arrancando-a praticamente das mãos dos camponeses insurretos; voto universal, mas não cidadania universal, que é talhado para tornar os camponeses em serviçais do oficialismo que arregimenta os eleitores). Essas medidas expressam a vontade do nacionalismo, de limitar a revolução no marco burguês de cumprir restritamente as tarefas democráticas.

O trotskismo critica essas medidas, mostra suas limitações e sua contradição com a poderosa mobilização e radicalização das massas. Reiterando o que havia defendido na véspera da revolução, alertando as massas sobre a inevitável capitulação do partido pequeno-burguês diante do imperialismo. Os acontecimentos posteriores confirmam seu prognóstico, e as correções são pequenas, de segunda e terceira ordem. Esse trabalho político estava destinado a ajudar os explorados, em certa medida, a atravessar sua insubstituível experiência com o nacionalismo, no menor tempo possível.

Até agora, ninguém disse que essa tática foi equivocada. O que

estranha é que se criticasse sua aplicação diante dos governos nacionalistas de conteúdo burguês que se seguiram, apesar de que nenhum deles alcançou as medidas adotadas pelo MNR, tanto por sua profundidade, quanto por sua ousadia. Não por acaso, esse partido teve de responder à pressão das massas insurretas.

3. O impulso inicial das massas se esgotou, imediatamente, depois de abril de 1952, quando, sob o impacto das grandes medidas tomadas pelo governo nacionalista, jogaram-se nos braços deste, acreditando que o MNR concretizaria todos os seus objetivos. Em clima politicamente favorável, o nacionalismo iniciou uma virada para a direita, destruindo, simultaneamente, as milícias operário-camponesas, reorganizando o exército, cooptando e burocratizando a COB. A marcha do nacionalismo às posições imperialistas não se pode realizar, a não ser que se ataquem e se debilitem as organizações de massas.

O governo, presidido pelo direitista Hernán Siles, aprofunda a orientação pró-imperialista, traduzindo em medidas que atentam frontalmente os interesses operários e nacionais. O governo movimentista aparece inconfundivelmente como correia de transmissão dos interesses da metrópole. A estabilização monetária, ditada pelo imperialismo, levou essa tendência a um ponto alto (objetivava descarregar sobre as costas dos operários e dos demais explorados todo o peso do desajuste econômico, da solução dos altos custos, das consequências negativas da acelerada inflação monetária, etc.).

O ano de 1956 pode ser considerado como a época em que já se evidencia um novo ascenso das massas, desta vez, mais ou menos claro, contra o MNR. O governo Siles, para se mostrar mais ou menos submisso aos ianques, acaba com o cogoverno (uma impostura idealizada para enganar os explorados e submeter o controle operário nas minas estatizadas).

4. O segundo governo, de Victor Paz, assinala dramaticamente a evolução do MNR: do histérico anti-imperialismo à subserviência ilimitada diante do amo estrangeiro. O que marcou as grandes medidas da primeira época, agora deu lugar a uma política inconfundivelmente antioperária e entreguista.

As massas se radicalizavam, cada dia mais, e arremetiam, vigorosa e impositivamente, contra o governo movimentista. Não procuravam a restauração do governo, que, gradualmente, se foi impondo sob a marca movimentista, mas sim caminhavam para estruturar seu próprio governo. Aqui, e em nenhuma outra parte, se encontra o perigo para a reação boliviana, que voltou a levantar a cabeça, e para o imperialismo, que já era o senhor indiscutível da economia. O governo de Paz não podia conter e dominar a avalanche popular, porque se aferrava à utilização de medidas semidemocráticas; afronta os grevistas, vale-se do exército, mas imediatamente retrocede, e procura composição com a burocracia sindical.

5. O que não pôde o governo civil do MNR, com seus arremedos democratizantes, coube ao imperialismo recorrer à reação, para que, utilizando métodos tipicamente castrenses, decapitasse o movimento operário e revolucionário, e obrigasse os operários a trabalharem por uma ração de fome, disciplinadamente. Os massacres seguiram à Lei de Segurança do Estado (estado de sítio permanente), e à diminuição dos salários por decreto. Esse foi o conteúdo do golpe contrarrevolucionário de novembro de 1964.

O trotskismo, juntamente com as massas, particularmente com

os mineiros, se mobiliza para superar politicamente o governo nacionalista, e instaurar governo próprio dos operários. Diante da ameaça do militarismo, que não era senão a expressão direitista do MNR, alertou os explorados, e indicou como dever elementar a urgência de combatê-lo, em todos os planos e lugares. O trotskismo protagonizou a mais heroica luta contra a reação, o que comprova que não havia dobrado suas próprias bandeiras diante do nacionalismo (golpista ou eleitoreiro), continuava assim, levantando bem alto a estratégia do proletariado.

6. Os governos militares expressaram profundas oscilações, desde o polo fascista, até o democratizante. Seria um erro considerá-los iguais e catalogá-los absolutamente como contrarrevolucionários. A reação não fez outra coisa, a não ser executar as ordens do imperialismo, e, obstinadamente, voltar-se ao esmagamento dos trabalhadores, com medidas de força. Os governos militares nacionalistas (Torres, e de maneira limitada, Ovando) continuaram sendo governos de conteúdo burguês, e reproduzindo, em condições desvantajosas (não contando com o apoio das massas, e essas seguindo abertamente seu próprio caminho), todas as limitações da burguesia nacional. Certamente, prometeram tirar o país de seu atraso, realizar as tarefas democráticas e a libertação nacional. No entanto, não tiveram tempo, nem capacidade, para tomar medidas significativas neste caminho. Como não tinham força suficiente para destruir a base econômica da contrarrevolução, acabaram como prisioneiros ou vítimas dos próprios setores castrenses, fascistas.

Diante desses governos, não pode haver outra tática revolucionária, que a observada diante dos governos movimentistas, e, particularmente, do primeiro regime de Paz Estensoro. Colocar em risco a independência de classe, e abandonar a estratégia própria do proletariado, sob o pretexto de constituir um frente com o governo, diante da ameaça do fascismo, não significaria outra coisa que uma verdadeira capitulação diante do nacionalismo, e imunda traição aos interesses da revolução. A evolução do nacionalismo boliviano e o fato da não tomada do poder pelo proletariado (basicamente não amadureceu o suficiente para dar esse passo), não permitiram o cumprimento pleno das tarefas democráticas (iniciadas algumas tarefas, permaneceram estancadas no meio do caminho, e a restauração oligárquica objetivou destruí-las), o que confirma, pela negativa, a validade de nossa estratégia e de nossa tática, em suas linhas gerais.

### **O problema nacional e a história do POR**

1. As conclusões sobre o problema nacional são o resultado de uma profunda evolução programática do Partido. A estruturação do programa é um processo, que não pode ter como já acabado no mesmo dia da fundação do Partido. A assimilação crítica da experiência internacional e nacional da classe operária se realiza com a ajuda do amadurecimento adquirido na luta cotidiana no seio das massas.

Em um país atrasado, a luta contra o imperialismo (libertação nacional) se transforma em pedra de toque para todas as classes sociais e seus partidos políticos, pois, se trata de concretizar soluções propostas a uma das tarefas democráticas que tenha maior atualidade e necessidade. Politicamente, as massas são ganhas, mostrando, no terreno dos fatos, fidelidade ao programa de luta contra o imperialismo, e, nessa confrontação, se



põem às claras as limitações e incapacidade do nacionalismo de conteúdo burguês.

A ideologia revolucionária vem do exterior para o interior da classe operária. No entanto, entre a formação do programa e a evolução política do proletariado, há uma interrelação dialética. O programa não é estranho ao grau de amadurecimento da classe, na medida em que é necessário assimilar a experiência que vivem as massas em sua atividade cotidiana, em suas lutas e em suas vitórias.

2. O POR foi fundado sob a influência ideológica, quase que exclusiva, de José Aguirre Guinsborg, que havia sido expulso do Partido Comunista Chileno, por suas vinculações, em ne-

nhum momento negadas, com a Oposição de Esquerda. Aguirre pretendia que o POR fosse a seção boliviana do trotskismo, isto é, que seu programa estivesse de acordo com a revolução permanente. É o que se percebe, nos poucos documentos que deixou a respeito, ainda que não encontremos resposta concreta ao problema nacional. Em sua atividade diária, soube não perder de vista o objetivo estratégico. Depois da morte de Aguirre, a direção do Partido passou a um grupo conhecido como a célula de Cochabamba. Nos documentos oficiais desta época, se ignora simplesmente a questão nacional, não se refere às tarefas democráticas pendentes, e se defende a revolução puramente socialista. Evidentemente, a revolução e a ditadura do proletariado não eram consideradas tarefas da atualidade para a Bolívia, que depois de triunfarem na metrópole chegariam até a América Latina.

A discussão desenvolvida nessa época, na Argentina, e também em outros países do continente, indicou que o POR boliviano ignorava a questão nacional, e, de fato, era assim, até que se decide enfrentá-la, não sem antes ter travado disputas internas.

3. Ocorre na época em que o trotskismo entronca-se com o movimento de massas, preocupando-se com a solução das tarefas democráticas pendentes. Em outras palavras, começava-se a considerar a revolução como algo vivo e factível no país. Duas tendências pressionavam poderosamente sobre o trotskismo; a revolução permanente e a concepção estalinista, que identificava a revolução que coloca as tarefas agrária e anti-imperialista como revolução democrático-burguesa, isto é, como revolução por etapas. Em um documento sindical, as Teses de Pulacayo, se sintetiza a perspectiva revolucionária conforme as linhas mestras da revolução permanente, que se tornam a posição oficial do Partido, não tanto pelo amadurecimento ideológico interno, mas por circunstâncias políticas exteriores – uma poderosa mobilização de massa teve como eixo as Teses de Pulacayo. No entanto, a

influência estalinista internacional, que considerava os países latino-americanos como feudais, desde os anos de 1920, não havia desaparecido, estava oculta.

4. O Partido não realiza sua evolução ideológica fechado em uma bola de cristal. Move-se sob a pressão das tendências políticas estranhas, exteriorizando diversos interesses de classe.

Nem bem o nacionalismo irrompeu na situação, como uma poderosa força multitudinária, agrupando grande parte das massas, incluindo o proletariado, se converteu em uma das tendências de maior influência sobre os setores que, no passado, seguiam as diretrizes estalinistas. Veio à luz um pequeno folheto que partia da certeza de que era viável a revolução

democrático-burguesa, porque a Bolívia era um país submetido à opressão imperialista. Tornou-se cada vez mais visível o desvio nacionalista, que, mais tarde, seria alimentado pelo pablismo.

Os nacionalistas procuraram dominar o Partido, imediatamente depois de abril de 1952, com o argumento central de que o MNR iria realizar as consignas de Pulacayo, de que no seio desse partido se encontrava a maioria esmagadora dos camponeses e operários. Essa atitude revisava o prognóstico partidário de que o MNR, no poder, não poderia cumprir as tarefas democráticas, e que estava destinado a capitular diante do imperialismo. Os nacionalistas dessa época e os posteriores receberam a influência de A. Ramos.

A tendência nacionalista, depois de travar uma aguda batalha interna, acreditou que era oportuno adentrar ao partido pequeno-burguês e nele se integrar, argumentando que iam em busca das massas, para realizar o programa trotskista. Não é necessário deter-se para demonstrar o destino miserável que aguardava os “entristas”.

5. Poder-se-ia pensar que o Partido homogêneo, ideologicamente falando, que emergiu da disputa interna e da cisão, não mais corria o perigo de desvio nacionalista. O POR havia sido temperado na firme luta travada contra as limitações e demagogia dos governos movimentistas.

No entanto, o POR teve de suportar, no futuro, duas pressões exteriores: o foquismo e as tendências do nacionalismo de esquerda, representadas particularmente por alguns regimes militares. Observando criticamente, é possível descobrir que as débeis manifestações pró-foquistas e pró-nacionalistas, essas últimas mais vigorosas, afloraram por ocasião dos governos de Ovando e Torres. Diante da crítica da direção, deram a impressão de ter revisado suas posições equivocadas, e adotado a linha tradicional partidária. Os acontecimentos futuros demonstraram que não houve uma revisão crítica dos erros, mas um simples recuo, pois, no momento da crise interna, voltou a soar nos ouvidos um amálgama de desvios nacionalistas e foquistas.



*A ideologia revolucionária vem do exterior para o interior da classe operária. No entanto, entre a formação do programa e a evolução política do proletariado, há uma interrelação dialética. O programa não é estranho ao grau de amadurecimento da classe, na medida em que é necessário assimilar a experiência que vivem as massas em sua atividade cotidiana, em suas lutas e em suas vitórias.*

## Argentina

# Em meio à Pandemia, que já vitimou 85 mil vidas, avança o desemprego, a precarização do trabalho, a pobreza e o retrocesso do poder aquisitivo

A Argentina está em 12º lugar, entre os países com mais mortes por coronavírus, desde o início da Pandemia. A lista é encabeçada por Estados Unidos, Brasil, Índia, México e Peru. E na posição 17ª, em relação às mortes por 100.000 habitantes. Essa lista é encabeçada pelo Peru e Hungria. Uma percentagem semelhante à da Colômbia, México, Estados Unidos e Reino Unido.

Esses números trágicos expressam a situação até o mês de junho. Por que é importante considerar esses indicadores? Para desmentir a eficiência proclamada pelo governo no combate à Pandemia. O perigo da propaganda oficial é que a população acredita que está tudo bem, que foi feito o máximo que se pôde, que atuou privilegiando a Saúde da população. Que a Saúde está em boas mãos.

Em poucos meses, a situação da Saúde será muito diferente, porque, com a chegada e produção de milhões de vacinas e vacinação em massa, os riscos de morte cairão drasticamente, e haverá condições para retornar à “normalidade”. O perigo é que não há um bom balanço dos erros e fracassos da política sanitária. Devemos exigir explicações, concretamente o porquê do elevado número de mortes. Quantos milhares de mortes poderiam ter sido evitadas. A prestação de contas é para a população, falando a verdade, não um prestação de contas à direita e às suas provocações e mentiras.

Vamos repetir alguns desses aspectos:

- \* não ter estatizado o sistema de saúde, para poder concentrar todos os recursos humanos e materiais, as obras sociais, os convênios, as clínicas e os laboratórios. Quantas mortes foram perdidas, devido ao atendimento tardio ou ineficaz dos pacientes? Quantas por falta de equipamentos suficientes, oxigênio ou falta de profissionais?
- \* não ter impulsionado, desde o início, o desenvolvimento de uma vacina local, ou ter desconhecido as patentes e copiar seu desenvolvimento para fabricá-las. Conhecendo o bloqueio que aplicaram os países desenvolvidos, para concentrar todas as vacinas e para impedir o desenvolvimento farmacêutico autônomo. As empresas farmacêuticas privadas respeitam como um princípio que as patentes não se violam. Não rejeitamos que se tenham comprado vacinas, nem de quem as compraram, mas o governo se concentrou nos contratos que estão sen-

do cumprindo com muito atraso.

- \* não melhorar o sistema de transporte, aumentando o pessoal, unidades, formações, frequências, etc.
- \* não ter atendido as reivindicações dos trabalhadores da Saúde, incorporando maciçamente mais trabalhadores, fornecendo todos os insumos, todos os cuidados.
- \* não ter garantido ou controlado os protocolos necessários nos locais de trabalho.
- \* não ter isolado setores de risco, fornecendo todos os recursos para seu sustento. Acatou, pelo contrário, as instruções do FMI, de reduzir o déficit fiscal.
- \* ter permitido que cada província ou município aplicasse seus critérios diante da Pandemia, como se o vírus fosse parar ou agir de forma diferente, dependendo de quem governa.

A Pandemia tem sido usada pelo governo, patrões e burocracia sindical para avançar nos ajustes contra os trabalhadores, precarizando ainda mais suas condições de trabalho, demitindo, suspendendo e reduzindo remunerações. Desde a primeira semana, dissemos que não poderíamos confiar neles, que a saúde pública deveria ser discutida e resolvida pelos próprios trabalhadores, dando as respostas de emergência que correspondessem à gravidade da situação. É hora de preparar as lutas, como fizeram os trabalhadores da Saúde em Neuquén, para conquistar as nossas reivindicações, começando pelo trabalho a todos, e salário e aposentadoria igual ao custo da cesta familiar, para derrotar a insuportável carestia.

O governo olha para o outro lado, culpa a Pandemia e a herança de Macri. Mas o governo é responsável por sua impotência e incapacidade de tomar as providências necessárias, devido à sua submissão ao FMI, às multinacionais e à oligarquia fundiária.

Devemos ajudar as massas a saírem da enganosa polarização com a direita, conquistando sua independência política, abraçando a política da classe operária, que é a única que pode levar, conseqüentemente, até o fim a luta anti-imperialista, para alcançar a soberania nacional. Luta que se entronca com sua necessidade de acabar com a exploração capitalista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 395, órgão do Partido Operário da Argentina)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL  
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS**

**Argentina**

20 anos de Zanon – Parte 2

## O início da experiência operária ceramista

### A importância de recuperar as comissões internas

Como expressamos na edição anterior, a experiência da Zanon é uma trincheira da classe operária, e é por isso que nos propomos a continuar com esta série de artigos que nos permitam analisar como se desenvolveu uma das lutas históricas de nossa região.

Em plena ditadura militar, no ano de 1979, Luigi Zanon abriu a fábrica, e para isso contou com a entrega de terrenos e créditos públicos por parte do governo militar. Em seu discurso de abertura, declarou: *“estamos em um ambiente de segurança e tranquilidade, que nos oferecem as Forças Armadas”*.

Durante o governo peronista de Menem, a patronal obteve enormes lucros, com base na exploração operária e nos subsídios milionários, que recebeu dos governos nacional e provincial de Sobisch. Isto lhe permitiu, em 1993, inaugurar a linha de porcelanato, transformando-se assim na maior e mais moderna fábrica de cerâmica da América Latina. Os operários produziam um milhão de metros quadrados, por mês.

Recordamos que, sob a ditadura, os companheiros de Política Obrera (organização que só o POR reivindica politicamente, guardando enormes distâncias com os que dizem ser seus continuadores: PO oficial e Tendência), que contava com um agrupamento na cidade vizinha de Cipolletti, panfletavam na fábrica. Faziam isso de bicicleta, com os panfletos escondidos na jaqueta, mostrando que já naquele momento entendiam a importância da fábrica na região.

O início da organização interna dos operários esteve marca-

do por um estrito regime e controle da patronal, com a cumprimento de uma burocracia sindical abertamente pró-patronal, que firmou acordos de demissão, e permitiu a precarização do trabalho. Os operários recordam que tinham de se reunir fora da fábrica, e, para se protegerem, realizavam campeonatos de futebol que lhes permitiram discutir e se organizar.

O momento mais importante de organização interna se deu no ano de 1998. Nesse ano, foram realizadas as eleições da Comissão Interna. Apresentaram-se três listas: a Verde Oficialista, a Vermelha – orquestrada pela burocracia –, e a Marrom (Independentes e PTS), conformada pela oposição à burocracia sindical. A Marrom ganhou as eleições, com 187 votos; a Verde, obteve 47; e a Vermelha, 80 votos. Este passo foi importante para a futura ocupação da fábrica, já que forneceu aos operários uma ferramenta sindical que reivindicava o método da assembleia e a unidade dos operários.

No ano de 2000, os operários protagonizaram uma greve de 9 dias, que foi motivada pela morte do operário Daniel Ferrás. Através da greve e de um acampamento, impuseram à patronal a pauta de reivindicações: ambulâncias, armários de remédios, formação de uma comissão mista de segurança e higiene, controlada pelos trabalhadores, pagamento dos dias parados. Assim começava a resistência, que logo se transformaria na ocupação da fábrica.

(Extraído do Jornal Massas, nº 394, órgão do Partido Operário Revolucionário)

## Israel - Eleito um novo governo sionista

### As massas palestinas devem continuar a luta pela sua emancipação nacional e social

Após 12 anos de exercício de poder, Benjamin Netanyahu (Likud) foi derrotado por uma coalizão de oito partidos. Naftali Bennett, líder da aliança religiosa de extrema-direita Yamina, conseguiu, em 13 de junho, o apoio do Parlamento (Knesset), para se tornar o novo primeiro-ministro. Bennett dividirá o cargo de premiê com Yair Lapid (do partido de centro-direita Yesh Atid), que assumirá em 2023. O “pacto de governo” inclui o direito de veto recíproco às decisões.

A sobrevivência do governo, porém, dependerá de manter equacionadas as conflituosas relações entre os partidos, que inclui a ultradireita religiosa (Yamina e Meretz), o nacional-chauvinismo (Yisrael Beitenu), a centro-direita liberal (Yesh Atid, Nova Esperança e Azul e Branco), o Partido Trabalhista, e o Ra’am, único partido árabe-palestino legalizado. Com exceção deste último, todos têm em comum o fato de serem expressões da política anexionista e colonialista sionista.

A fragmentação das forças políticas – nenhum partido é capaz

de formar governo sem as alianças – tem por base a estruturação do Estado de Israel por meio da justaposição de seitas religiosas, de emigrados de países semicoloniais e imperialistas. As frações burguesas expressam os interesses conflitantes das diversas frações do imperialismo mundial. Essas condições as obrigam a recorrer à permanente centralização autoritária e expansão colonialista, sobre as quais se cimenta a coesão política-ideológica, diante dos recorrentes levantes e revoltas palestinas.

Ocorre que o Estado de Israel foi criado artificialmente para servir de base às manobras do capital financeiro e dos monopólios imperialistas. O choque com os palestinos e os países árabes é o produto histórico dessa intervenção sionista-imperialista, de fora para dentro, no Oriente Médio. A expansão territorial da burguesia sionista favorece o setor imobiliário, aumenta os investimentos em infraestrutura urbana e de segurança, incorpora novas fontes de matérias primas, expande o campo de ação das potências na região, e alimenta o para-



sitismo da indústria militar norte-americana e israelense, que rende extraordinários lucros aos investidores. Eis por que os interesses da fração burguesa sionista radicada se ligam indissoluvelmente aos da burguesia imperialista mundial, em particular aos dos Estados Unidos.

Esses laços explicam por que a derrota de Trump e a ascensão de Biden ao governo dos EUA condicionaram as eleições de Israel. Assumida a presidência, Biden declarou-se favorável a retomar os acordos sobre o plano nuclear do Irã, bem como reduzir os atritos com o imperialismo europeu. Biden objetiva concentrar esforços na guerra econômica e nas mobilizações militares contra os russos e chineses, que têm interesses nas regiões submetidas à intensa disputa comercial e geoestratégica.

***A ausência de uma vanguarda organizada em partido revolucionário favorece ao Estado genocida e racista de Israel continuar os massacres e as anexações. Não por acaso, passados poucos dias das eleições, se deflagrou um novo bombardeio contra a Faixa de Gaza. Bennett se declarou favorável a continuar a marcha da colonização e da submissão dos palestinos à burguesia sionista.***

A saída do Afeganistão e a redução de tropas no Iraque, concentrando-as na Europa e no Mar oriental da China, indicam que o governo Biden se prepara para uma escalada dos conflitos com ambas as potências. Essa diretriz exige reduzir os focos do conflito no Oriente Médio, reatar os acordos de “paz” entre palestinos e judeus e negociar o fim das sanções econômicas dos governos europeus contra o Israel. Bennet era o melhor candidato para expressar essa virada na tática imperialista nas eleições antecipadas (a quinta em quatro anos), convocadas pelo presidente Rabin, diante da desagregação do governo Nentanyahu. Aquele tinha apoiado Biden na disputa eleitoral contra Trump, e declarou-se favorável às novas orientações do governo democrata. Diferentemente, Netanyahu permanecia um fiel aliado de Trump, e insistia na política que agravava os conflitos com a burguesia europeia, cujos interesses no Irã são indissociáveis. A dissolução da aliança que levava Nentanyahu ao poder, a perda da maioria parlamentar, as denúncias de corrupção, e a aceleração da perda de popularidade, condenaram seu governo.

Nas condições de profunda crise política, Bennett foi apresentado como árbitro dos conflitos interburgueses, e o melhor representante para seguir as diretrizes de Biden. Uma vez que a aliança da ultradireita religiosa e a centro-direita com o partido socialdemocrata sionista era insuficiente para derrotar Netanyahu, o partido Ra’am passou a ser o fiel da balança. Porém, erguia-se, como obstáculo à sua participação, o fato de os palestinos – um quinto dos 9,3 milhões de israelenses

– serem refratários a qualquer acordo ou conciliação com seus opressores. Estava claro que seu presidente, Mansour Abbas, se achava disposto a participar da “frentona” anti-Netanyahu. Mas, exigia em troca a promessa de investimentos bilionários em programas contra o desemprego, habitação, infraestrutura e políticas de “segurança para as comunidades palestinas”. Somente assim, poderia apresentar como justificável seu acordo com a “frentona” sionista. Bennett e Lapid prometeram que seriam investidos € 13 bilhões (R\$ 80,51 bilhões) para “melhorar” as condições de vida dos palestinos no país. E assim Abbas pôde acobertar sua submissão ao sionismo, podendo dizer que se havia demonstrado a necessidade de um “maior envolvimento dos cidadãos árabes na política israelense”.

Essa falsificação foi abençoada pela imprensa sionista, que definiu a decisão de Ra’am como “histórica”. A demagogia eleitoralista para iludir as massas de que a vitória de Bennett-Lapid seria um ponto de virada na política racista e genocida do Estado de Israel contra os palestinos não demorará a desabar. Os dois sionistas convictos do “direito” de Israel

de colonizar as terras palestinas seguirão a linha geral do curso traçado por Netanyahu.

Nem mesmo a conciliadora Autoridade Nacional Palestina (ANP) pôde alimentar grandes esperanças de que haverá uma mudança na política sionista. Continuará prostrado, diante do avanço da colonização, e obstaculizando as tendências de luta, que se vêm manifestando desde eclosão da crise, em 2008, agora agravada com a crise pandêmica. A revolta dos palestinos dos territórios ocupados – que recorreram à greve geral e manifestações no Leste de Jerusalém – se combinou com o conflito armado de maio passado.

Nesse momento, estiveram colocadas as condições de um levante nacional das massas palestinas, contra opressão social e nacional. Mas, suas direções políticas foram incapazes de transformar essas lutas em um poderoso movimento anti-imperialista de massas, que exigia desenvolver o armamento geral da população, para combater e derrotar o militarismo sionista e impulsionar a luta coletiva das massas em defesa de suas reivindicações vitais e de seu território.

Em outras palavras: se expôs o problema fundamental do povo palestino oprimido, que é a crise de direção revolucionária. A ausência de uma vanguarda organizada em partido revolucionário favorece ao Estado genocida e racista de Israel continuar os massacres e as anexações. Não por acaso, passados poucos dias das eleições, se deflagrou um novo bombardeio contra a Faixa de Gaza. Bennett se declarou favorável a continuar a marcha da colonização e da submissão dos palestinos à burguesia sionista.

É pela via da luta de classes, e não da conciliação com seus opressores, que os palestinos e demais oprimidos se aproximam do programa da autodeterminação nacional e da frente anti-imperialista. Para isso, a vanguarda terá de constituir o partido revolucionário, e dar passos firmes na luta pela destruição do Estado sionista, o que possibilitará união dos explorados árabes e judeus, sob a estratégia da revolução proletária e do programa da Palestina socialista, una, livre e independente.

Adquira com o distribuidor de Massas:

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

**R\$ 35**

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

## Realizadas as eleições presidenciais no Irã

# A maioria oprimida rejeita a farsa eleitoral

No dia 18 de junho, realizaram-se as eleições no Irã. O candidato do regime, Ebrahim Raisi, ganhou com 17,9 milhões de votos (62%), seguido por Mohsen Rezai, com 3,4 milhões (12%).

Não houve surpresa. Raisi contou com o apoio do “Líder Supremo” iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, bem como do aparelho do governo e da grande imprensa. Surpreendeu a alta porcentagem de votos anulados (3,7 milhões, ou 14% do total), e a abstenção, que atingiu 70%: apenas 28,9%, dos mais de 59 milhões de eleitores registrados.

Foi a participação eleitoral mais baixa na história do país, agravando a tendência indicada nas eleições legislativas de ano passado (43%). Essa volumosa apatia assinala que as massas não confiam na farsa eleitoral, montada para servir à legitimação formal do regime. Foram cassados os direitos políticos de opositores com apoio popular, a exemplo do ex-presidente Mahmoud Ahmadinejad. Assim, o regime dos aiatolás conseguiu impor o candidato de sua preferência, e escolher os “candidatos opositores” para servir de cobertura à fraude (todos os que enfrentaram Raisi são elementos da burocracia estatal, militar e eclesiástica, que governam há décadas o país).

A sobrevivência do regime nacionalista-teocrático é condição necessária para a preservação dos interesses e propriedades da feudal-burguesia iraniana, que enriqueceu à sua sombra. Essa arquitetura político-social não comporta um governo francamente pró-imperialista. Mas, também é refratária a um governo anti-imperialista. As adaptações ocorridas, desde o governo de Mohammad Khatami (1997-2005), passando pelo do religioso Mahmud Ahmadinejad (2005-2013), colocaram o regime na rota da capitulação. Procurou-se amenizar os choques com os Estados Unidos e estabelecer com o Estado sionista de Israel uma relação de vizinhança menos hostil. Mas, a crise mundial e, em particular, sua manifestação no Oriente Médio, não tem permitido uma estabilização.

A eleição do candidato preposto do regime não afogará as tendências de luta de massas, que vêm assombrando o regime político. Acuado pelas pressões do imperialismo e pelo avanço das lutas democráticas das classes médias urbanas, acirrou-se a centralização autoritária e a reação ideológica. A remoção das limitadas reformas democráticas e civis, que foram implantadas por Khatami, em 2009, impulsionou um movimento democratizante da classe média, que tomou massivamente as ruas do país. Esmagado pela repressão, e com centenas de suas lideranças presas, as massas refluíram. Mas, a crise capitalista continuou a corroer e destruir aceleradamente as condições de existência dos explorados. Em 2017 e 2019, foram os operários, camponeses e a juventude oprimida que tomaram as ruas, contra a carestia, o congelamento dos salários e o desemprego. O regime, mais uma vez, esmagou os levantes com violenta repressão, tombando mais de uma centena de manifestantes, entre operários e jovens.

Está aí por que o regime tem de recorrer permanentemente à restrição dos direitos democráticos, e afogar as tendências da luta de classes. O que, contraditoriamente, vem agravando as disputas, no interior do aparato do Estado, entre as diversas frações da

burguesia iraniana. O imperialismo procura se valer do movimento da classe média, para pressionar no sentido do desmonte do regime nacionalista, que se forjou na forma da ditadura teocrática dos aiatolás.

O imperialismo sempre almejou a derrubada de um governo que trava seu expansionismo na região e o parasitismo do capital financeiro sobre as riquezas nacionais. Viu a possibilidade de se apoiar no movimento democratizante da pequena burguesia, como uma via para elevar à presidência um governo que abrisse o caminho ao desmantelamento da propriedade estatal sobre o petróleo, gás e energia nuclear. Fracassadas as tentativas, os Estados Unidos retomaram linha de sua derrocada, combinando o cerco econômico-militar, os ataques de Israel, e o recrudescimento da hostilidade da Arábia Saudita. Por meio dessas ações, o imperialismo alimenta a oposição pró-imperialista, para que trabalhe pela desestabilização do regime.

A massiva rejeição das massas à farsa eleitoral é vista pelo imperialismo como uma nova oportunidade. Recentemente, foram reabertas as negociações em torno ao Acordo do Programa Nuclear de Irã, assinado em 2015, e rompido pelo governo de Trump. O Irã necessita superar o bloqueio econômico, que prejudica sensivelmente as suas terríveis condições econômicas. O que implica abrir caminho para as pressões norte-americanas, e fortalecer a oposição pró-imperialista. Desde que Biden assumiu a presidência dos EUA, diz ser favorável à retomada do acordo. A derrota de Netanyahu, embora não leve a uma mudança na política sionista, permite a Biden usufruir de sua influência sobre o novo governo de Israel para arrancar novas concessões ao Irã. Esse conjunto de fatores favorece, em última instância, as posições das potências. Somente, a retomada da luta dos explorados iranianos, sob a condução da classe operária, poderá erguer uma barreira à ofensiva do imperialismo, pôr abaixo o regime teocrático e constituir um governo revolucionário.

É dentro do quadro da situação política mais geral que a vanguarda com consciência de classe deve desenvolver o programa e os métodos da luta de classes, para avançar à independência política do proletariado, e ganhar as massas oprimidas do país para a estratégia e programa revolucionários.

O amplo abstencionismo indica que as massas não mais suportam o governo ditatorial, que garante os interesses dos grandes proprietários, e impõe a pobreza, miséria e fome à maioria oprimida. Ao mesmo tempo, expõe as tremendas dificuldades de se manifestarem por suas necessidades vitais, com um programa, estratégia e método próprio da luta de classes. Está aí estampada a crise de direção revolucionária.

A tarefa da vanguarda, assim, é a de batalhar por desenvolver a luta pelas liberdades democráticas, subordinada ao objetivo da luta pelas reivindicações vitais dos explorados. Essa via possibilita unir a classe operária, os camponeses pobres e as camadas arruinadas da pequena burguesia urbana. A unidade revolucionária das classes oprimidas do país contra o governo feudal-burguês dos aiatolás é a condição para enfrentar a ofensiva do imperialismo saqueador.

# Debate sobre a situação política internacional e nacional

No dia 5 de junho, no estado de Pernambuco, o POR realizou uma atividade aberta de debate sobre a conjuntura internacional e nacional. A proposta foi avaliar coletivamente a mudança trazida pelos atos massivos de 29 de maio, mantendo o alerta sobre os riscos da política de conciliação de classes das burocracias sindicais e estudantis. O debate internacional teve como objetivo central observar as tendências da guerra comercial e, principalmente, as lições que podemos extrair das recentes lutas das massas palestinas, colombianas e chilenas. A formação foi aberta com um informe de uma camarada, que apresentou os aspectos mais atuais da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Depois, passamos ao quadro atual da América Latina. Um companheiro destacou a luta na Palestina e, por fim, outro camarada tratou da situação no Brasil após o 29 de maio. Houve um rico debate.

## Guerra Comercial EUA-China

Biden tem mantido os bloqueios comerciais e a escalada militar de seu antecessor Trump. A diferença é que mascara os interesses do imperialismo com o discurso da defesa da democracia e proteção às minorias étnicas, diante do autoritarismo chinês. Uma nova frente foi aberta com a investigação sobre a origem do coronavírus, o que, nas mãos do imperialismo, não atende a objetivos científicos, mas sim à guerra comercial. Biden tem mantido forte presença militar dos EUA nos mares do Sul da China, onde Pequim reivindica a maior parte das águas; manifesta férreo apoio a Taiwan; intensifica a guerra tarifária já implementada por Trump, com sobretaxação de produtos chineses; e baixou um decreto sobre determinadas empresas em que americanos não podem investir. A alegação é de riscos de uso militar contra os EUA.

A China tem modernizado suas Forças Armadas, ostentada nos territórios em disputa: mar do Sul da China, fronteira com a Índia, no Himalaia e Taiwan. Pequim assumiu a presidência do Conselho de Segurança da ONU, e está cada vez mais presente nas instituições multilaterais.

Há troca de sanções entre China e União Europeia, ampliando dúvidas sobre o acordo de investimentos entre Europa e China, assinado em dezembro.

O governo chinês, em seu novo plano quinquenal, destaca o fomento ao mercado interno e às grandes obras de infraestrutura no mundo, chamada Nova Rota da Seda. Amplia sua influência na África, Oriente Médio e Sudeste Asiático. E estreita as relações com a Rússia em todos os âmbitos, do econômico ao militar. Inclusive com anúncio recente de projeto de cooperação nuclear.

A situação política mundial expressa as contradições da fase imperialista, em que as potências ampliam a exportação de capitais, se desindustrializam, e agora tentam, sem sucesso, impedir o declínio de suas economias. Biden anunciou gigantescos orçamentos de enfrentamento à Pandemia e de retomada econômica. Não conseguirá conter, porém, as manifestações

da decomposição do capitalismo. O processo de restauração capitalista na Rússia e China também trouxe novos elementos para a situação internacional. O imperialismo procura concluir a restauração, tirando o controle da economia da China e Rússia das mãos do Partido Comunista Chinês, e dos herdeiros da burocracia soviética.

Do ponto de vista da política interna dos EUA, destacamos que o assassinato de George Floyd completou um ano. Apesar da punição ao policial assassino, a prometida reforma das polícias está travada. Os levantes antirracistas, com sua radicalidade, sem que contassem com direções classistas e um programa próprio, foram desviados para as ilusões institucionais. Extraímos a lição de que a solução da opressão sobre as massas negras norte-americanas não virá das mãos da burguesia e seu Estado. O que torna necessário que a classe operária crie seu partido revolucionário no país.

## América Latina

No cenário pré-pandemia, em 2019, a América Latina se erigiu, com protestos massivos e radicalizados em vários países, com destaque para o Chile, Equador e Colômbia. Os levantes foram desviados pelas direções, contidos pela repressão, e imobilizados com a política adotada diante da Pandemia. Agora, as condições econômicas e políticas se agravaram. O continente, proporcionalmente, arca com um imenso contingente de mortos, desempregados, miseráveis e famélicos. No Equador, a vitória do direitista Lasso expressou a desagregação do nacional-reformismo, com a derrota do candidato apoiado por Rafael Correa. Ao mesmo tempo, o partido indígena Pachacutik revelou seu oportunismo, ao alinhar-se com Lasso no segundo turno.

### Colômbia

O levante das massas iniciou-se em 28 de abril de 2021, como uma greve contra a reforma tributária de Duque, retomando a luta de 2019 contra o “pacotão”. Completou-se mais de um mês ininterrupto, com cerca de 9 mil protestos registrados, marchas, bloqueios de avenidas e estradas. O saldo é de mais de 50 mortos, com muitos mutilados pela repressão (perda de olhos). A repressão também incendiou a revolta. Dos mortos, muitos são jovens pobres de Cali. Outros jovens fizeram barricadas nos bairros, expulsando a presença da repressão estatal. A cada 4 jovens, um está desempregado no país. A ação paramilitar protegida pelo Estado, a exemplo de disparos contra indígenas em bloqueio de rodovia, também em Cali amplia a indignação, assim como a violência sexual.

O estopim foi a Reforma Tributária, exigida pelos credores da dívida pública. Para seduzir a população, o governo dizia que a reforma garantiria que auxílios se tornassem permanentes, como uma renda mínima universal. O atual salário mínimo é de um valor equivalente a R\$ 1.300. O governo tentou alargar



a base de contribuintes, baixando o teto de isenção, de R\$ 5.360, para R\$ 3.750, ou seja, menos de 3 salários mínimos, renda que não permite atender as necessidades básicas. Além de ampliar os impostos sobre o consumo, que penalizam os mais pobres.

Mesmo com o recuo do governo quanto à reforma tributária e derrubada do ministro que idealizou a reforma, o povo não abandonou as ruas. A pauta de 2019 de mantém vigente, pois, seguem os assassinatos de lideranças camponesas e indígenas, e a miséria só se aprofunda. A pobreza saltou, de 36% da população, em 2019, para 43%, em 2020 (retrocesso de uma década). O PIB colombiano caiu 6,8%, no ano passado, metade da economia opera na informalidade, que sofre com os confinamentos com repressão policial, sem condições econômicas de sobrevivência. Soma-se a baixa cobertura vacinal da população.

### **Chile**

No país andino, o poderoso levante de 2019 foi canalizado para a Constituinte. Acabou de ocorrer a eleição dos 155 constituintes, em uma votação marcada por uma imensa abstenção, apenas 43% votaram. O rechaço aos partidos da direita e esquerda eleitoreira fez com que 68% de candidatos viessem de fora dos partidos. A exaltada regra da paridade de gênero fez com que tivessem de retirar mandato de mulheres que obtiveram mais votos do que homens. Sem a regra, as mulheres teriam mais de 50% das vagas. Outra novidade foi a cota para 17 integrantes de povos originários. A direita, ligada a Piñera, obteve 23%, com menos de um terço não poderá exercer poder de veto. A Concertação, que governou de 1990 a 2010, obteve 16% dos votos. A frente entre o Partido Comunista chileno (PCCh) e a Frente Ampla (um conglomerado de partidos criados após 2019) obteve 18%, dos quais 5% foram dos comunistas.

A promessa de debater a forma de governo, o “modelo de desenvolvimento econômico”, e o combate à opressão sobre as mulheres e povos originários, pode despertar ilusões, mas terá fôlego curto. No país, os Mapuche lutam, desde a invasão espanhola, por sua autodeterminação. A Constituinte pode aflorar as ilusões de um Estado plurinacional, que já se comprovou falso na Bolívia e Equador. Sem que as massas se organizem no campo da independência de classe, o que exige que construam seu próprio partido operário e revolucionário, o heroísmo das jornadas de luta chega ao beco sem saída das soluções burguesas. A perda de poder de veto da direita vai mostrar por inteiros os limites da esquerda, centro esquerda e centristas, etc. O PC usa a luta das massas para se projetar eleitoralmente, inclusive encabeçando as intenções de voto para as eleições presidenciais, de novembro de 2021.

### **Palestina**

O Estado de Israel é um enclave do imperialismo no Oriente Médio, seu terrorismo de Estado é financiado pelos EUA. Sua existência é fruto da partilha do mundo no pós-segunda guerra mundial, apresentada como reparação histórica aos judeus por conta do holocausto.

Os atuais conflitos se iniciaram a partir de repressão de policiais israelenses ao acesso à mesquita em dia de celebração

religiosa e na data de fundação do Estado de Israel, comemorado por sionistas e denunciado como “a grande catástrofe” pelo povo palestino, referência ao êxodo em massa, de 15 de maio de 1948. Além disso, foi uma resposta ao despejo de um bairro de palestinos-israelenses e ao avanço dos assentamentos de colonos judeus. O Hamas encarnou a resistência do povo palestino, disparando foguetes contra Israel.

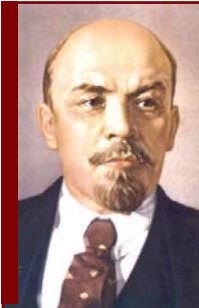
Israel bombardeou, por vários, dias a Palestina, resultando em mais de 250 mortos, dentre eles ao menos 66 crianças e 38 mulheres. 12 palestinos israelenses foram mortos pela polícia. Do lado judeu-israelense, houve 13 mortos.

O imperialismo europeu, com receio de que situação transborde no Oriente Médio, pressionou pelo cessar fogo. Biden alegou que Israel tinha o direito de se defender, acobertando o massacre. Posteriormente, passou a interferir, para cessar a entrada de armamentos para o Hamas, por meio da fronteira egípcia. Prometeu financiamento para a reconstrução da Palestina, e a reabertura de consulado para população árabe em Jerusalém. Estabeleceu a condição de que o interlocutor seja a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que capitulou ao imperialismo, pois, trata o Hamas como organização terrorista.

A solução de dois Estados é uma máscara para avanço do genocídio do povo palestino. A ocupação de seu território o impede de ter um Estado próprio. A sobrevivência do povo palestino depende da destruição do Estado de Israel. Para isso, as massas palestinas precisam ser armadas, e ser organizada a tática das guerrilhas contra o invasor sionista e o imperialismo. A política consequente de defesa da autodeterminação nacional só pode se concretizar com a política proletária. Apenas com a luta anticapitalista e anti-imperialista, se pode erguer de fato um Estado operário na região, que possibilite uma Palestina una e socialista, onde a convivência de judeus e muçulmanos será possível. As massas árabes precisam conquistar a independência diante de seus governos entreguistas, e erguer uma Frente Única Anti-Imperialista na região, tendo como objetivo estratégico os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Em toda a situação política internacional, notou-se a ofensiva burguesa diante da desintegração do capitalismo, com suas contrarreformas e recrudescimento da opressão nacional. É dramática a crise de direção revolucionária, que impede que as massas enfrentem seus inimigos com o programa da revolução proletária. Acabam tendo de se valer das direções conciliadoras, empurradas à luta, ou a variantes jihadistas no Oriente Médio. Está na ordem do dia a construção dos partidos-programa, e a reconstrução da IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista.

A situação nacional foi debatida a partir da manifestação do mesmo problema aqui. As massas demonstraram disposição de luta, no dia 29 de Maio. As direções sindicais seguem bloqueando que a classe operária se coloque em movimento. Procuram canalizar o movimento para as ilusões parlamentares, seja na via do impeachment, aquecida pela CPI, ou das eleições de 2022. Seguiremos exigindo das direções que convoquem comitês e assembleias presenciais, democráticas, para que possamos erguer a luta por um plano emergencial próprio dos explorados, que coloque em primeiro plano a luta por empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, começando pelos pobres e miseráveis.



## Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique

No jornal Massas, nº 638, introduzimos o X Congresso do Partido Comunista (b) Russo, expondo a pauta e os principais pontos gerais de discussão. No Massas 639, tratamos da alteração na política econômica, em que se adotava a liberdade de comércio para os camponeses, substituindo as medidas de guerra (requisição de produtos) por um imposto, e abria a possibilidade de acordos comerciais e acordos com empresas capitalistas, na forma de concessão, principalmente na extração de petróleo em Grozni e Bakú. Acentuamos a análise de Lênin sobre a situação contraditória por que passava a transição do capitalismo ao socialismo, sendo que, no seu interior, o Estado operário estava obrigado a transitar da economia de guerra para a economia de paz, cujo problema central estava em reerguer e fortalecer a grande indústria, com suas técnicas avançadas de produção.

Lênin explica que, se era correto que os camponeses se fortaleceria como pequenos proprietários, também o era que a edificação da grande indústria daria condições para o desenvolvimento dos objetivos socialistas. A supremacia da grande indústria impulsionaria o proletariado e fortaleceria o Estado soviético, de maneira que possibilitaria resolver a questão camponesa. Assim formula: *“Vejam agora os problemas econômicos. O que significa a liberdade de comércio exigida pelos elementos pequeno-burgueses? Demonstra que, nas relações entre o proletariado e os pequenos agricultores, há problemas difíceis, e tarefas que ainda não resolvemos. Refiro-me às relações do proletariado vitorioso com os pequenos proprietários, quando a revolução proletária se desenvolve em um país onde o proletariado é uma minoria, e a pequena burguesia, uma maioria. O papel do proletariado em tal país é dirigir a passagem destes pequenos proprietários ao trabalho socializado e coletivo. Teoricamente, isso está fora de discussão. Temos tratado dessa passagem na quantidade de disposições legislativas, mas sabemos que isso não depende de disposições legislativas, mas de realização prática, e sabemos também que isso se pode assegurar quando se possui uma poderosa indústria em grande escala, capaz de proporcionar ao pequeno produtor tais benefícios, vendo assim na prática as suas vantagens”*.

*“(…) Não pudemos mostrar todas as vantagens da grande produção, porque está destruída, se encontra no mais lamentável estado, e só pode ser restaurada impondo sacrifícios a esses mesmos pequenos agricultores”*.

*“(…) Quando nos concentramos na restauração da economia, devemos compreender que temos diante de nós pequenos agricultores, pequenos proprietários, pequenos produtores, que trabalham para o mercado, até que se consiga a completa reestruturação e triunfo da produção em grande escala. Mas, tal reestruturação é impossível sobre a velha base; levará muitos anos, não menos que uma década, e possivelmente mais, tendo em vista a devastação. No entanto, durante muitos anos, teremos de lidar com esses pequenos produtores como tais, e a consigna de liberdade de comércio será inevitável. Essa consigna é perigosa, não porque encubra as aspirações dos guardas-brancos e dos mencheviques, mas porque pode alcançar difusão, apesar do ódio dos camponeses aos guardas-brancos. Pode alcançar difusão,*

*porque responde às condições econômicas de existência do pequeno produtor. Partindo dessas considerações, o CC resolveu começar uma discussão sobre a substituição da requisição de excedentes por um imposto, e hoje colocou esse problema abertamente ao Congresso (...)”*.

Lênin continua a expor esse raciocínio, com cuidado de detalhar as contradições, de maneira a que os delegados compreendessem a complexidade do momento. Explica: *“Enquanto não transformemos o campesinato, enquanto não for transformado pela produção maquinizada, devemos assegurar-lhe a possibilidade de manejar livremente sua economia. Estamos agora em uma etapa de transição, e nossa revolução está cercada de países capitalistas. Enquanto estivermos nessa etapa de transição, estamos obrigados a buscar formas extraordinariamente complicadas de relações. Esgotados pela guerra, não podíamos concentrar nossa atenção em como estabelecer relações econômicas entre o poder estatal proletário, que tem em suas mãos uma grande indústria incrivelmente devastada, e os pequenos agricultores, e como encontrar formas de convivência com eles que, enquanto continuem sendo pequenos agricultores, não podem viver, sem que se assegure a sua pequena produção certo sistema de intercâmbio”*.

Lênin lembra aos delegados que, em fins de 1918, o governo soviético havia emitido um *“decreto sobre o imposto em espécie”*. Não pôde executá-lo, uma vez que a guerra civil continuou. Mas a posição estava correta. Respondia à necessidade do campesinato também arruinado. Naquele momento, foi necessário *“adotar medidas de tempos de guerra”*. Lênin conclui: *“No entanto, seria um grande erro se tirássemos a conclusão de que são as únicas medidas e relações possíveis. Isso significaria, seguramente, a queda do poder soviético e da ditadura do proletariado. Quando se passa à paz, se adentra em um período de crise econômica. É preciso recordar que é mais fácil construir um Estado proletário em um país com uma produção em grande escala, que em um país no qual predomina a pequena produção. Esse problema deve ser considerado de maneiras distintas, e não fecharmos os olhos diante das dificuldades, nem esquecermos de que o proletariado é uma classe, e o pequeno produtor, outra. Não esqueçamos que há diferentes classes, que a contrarrevolução pequeno-burguesa anárquica é um degrau político para a dominação dos guardas-brancos. Devemos observar isso de frente, serenamente, com consciência de que é necessário, de um lado, a máxima unidade, firmeza e disciplina dentro do partido proletário; e de outro, uma série de medidas econômicas que até agora não pudemos aplicar, devido à guerra”*.

A formulação da unidade dizia respeito aos conflitos internos em torno à função dos sindicatos e às respostas voltadas à reestruturação da indústria. Qualquer fracionamento do partido, em um momento tão delicado, dificultaria aplicar a nova política econômica e favoreceria as tendências capitalistas restauracionistas. Para Lênin, estava claro que era preciso travar *“a luta contra os métodos burocráticos”*. A discussão sobre essa questão deveria levar em consideração as iniciativas do Comitê Central, *“que enviou uma circular a todas as organizações”*, em setembro de 1920.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)